



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1851/09	DATA: 21/10/2009
INÍCIO: 10h15min	TÉRMINO: 13h03min	DURAÇÃO: 2h48min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h48min	PÁGINAS: 51	QUARTOS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JUVENAL JUVÊNCIO - Presidente do São Paulo Futebol Clube.
VITÓRIO CARLOS COSTI PIFFERO - Presidente do Sport Clube Internacional.
MARCOS MALUCELLI - Presidente do Clube Atlético Paranaense.

SUMÁRIO: Deliberação de requerimentos constantes da pauta. Debate sobre as providências relativas à organização da Copa do Mundo de 2014.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da sessão ordinária de hoje.

Como já foi distribuída a ata da sessão, consulto sobre a necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO PAULO RATTES - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O Sr. Deputado Paulo Rattes pede a dispensa da leitura da ata.

Em discussão a ata. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação. (Pausa.)

Está aprovada a ata.

Informo aos Srs. Deputados que foi distribuída também a lista dos expedientes no período de 7 a 20 de outubro.

Dessa forma, dispensamos também a leitura dos expedientes.

Primeiro, vamos fazer a sessão ordinária. Logo em seguida, a audiência pública convocada. Os nossos convidados já se encontram presentes. São eles o Presidente do São Paulo Futebol Clube, Juvenal Juvêncio; o Presidente do Sport Clube Internacional, Vitório Piffero; e o Presidente do Clube Atlético Paranaense, Marcos Malucelli. Os 3 vão discutir conosco as providências relativas à reforma dos estádios em seus respectivos Estados.

Vamos dar início à reunião ordinária.

A pauta hoje prevê a discussão de 2 requerimentos.

Requerimento nº 263/09, do Deputado Vanderlei Macris. Antes de se ausentar, o Deputado Vanderlei Macris pediu que esse requerimento fosse retirado de pauta.

Então, está retirado o requerimento, em atendimento ao pedido de S.Exa.

Passaremos, então, à votação do Requerimento nº 264/09, do Deputado Rômulo Gouveia, que *“requer seja realizada viagem de trabalho à África do Sul para colher informações sobre as ações e custos relativos à organização da Copa do Mundo de Futebol FIFA de 2010”*.

[P1] Comentário: Supervisor.:Luciene Fle



Peço ao Deputado Paulo Rattes que faça o encaminhamento do requerimento do Deputado Rômulo Gouveia, uma vez que S.Exa. não se encontra presente. O Deputado Paulo Rattes é o Relator da Subcomissão Copa de 2014.

O SR. DEPUTADO PAULO RATTES - Sr. Presidente, faço este encaminhamento com muita satisfação, mesmo porque é o momento de nós, da Subcomissão de acompanhamento e fiscalização da Copa do Mundo de 2014, verificarmos *in loco* o que acontece na África do Sul, mesmo porque temos todos, tanto o Governo quanto a Oposição nesta Casa, a preocupação de que a Copa do Mundo no Brasil seja um exemplo para os brasileiros e para todos aqueles que vierem assistir ao evento. A previsão é de que pelo menos 600 mil turistas venham ao nosso País.

Considero inteiramente justificável a ida à África do Sul e, portanto, encaminho favoravelmente a essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço ao Deputado Paulo Rattes, Relator da Subcomissão, que é presidida pelo Deputado Rômulo Gouveia. O Deputado já está se dirigindo à Comissão.

Em discussão o Requerimento nº 264/09. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Essa viagem, segundo entendimentos já mantidos, acontecerá na próxima semana, a partir da segunda-feira. Há um roteiro, elaborado pela Embaixada brasileira na África do Sul, que prevê encontros com autoridades daquele país e os organizadores da Copa de 2010. A viagem será estritamente de trabalho e se dará de terça-feira até sábado, o último dia dos encontros.

Posteriormente, a Comissão fará um relatório e dará ciência a todos os membros sobre seus resultados.

Está prevista para a semana que vem uma sessão ordinária. Em virtude dessa viagem, vamos deixar encaminhada a pauta — conversamos com o Deputado Wellington Roberto —, especialmente no que se refere às emendas da Comissão. Para a feitura das emendas da Comissão, há necessidade de que elas sejam discutidas no plenário. E nós procuraremos deixá-las prontas. Se não houver

[p2] Comentário: Não existe Wellington Salgado. Troquei por Wellington Roberto, porque este é membro desta Subcomissão.

[p3] Comentário: Sessão:1851/09 Quarto Taq.:Patrícia Maciel Rev.:



dilatação de prazo, o que provavelmente deverá ocorrer, elas serão votadas na semana que vem.

Então, quero apenas dar ciência aos Parlamentares sobre a necessidade de votar as emendas da Comissão, para que constem do Orçamento.

Se algum Deputado tiver qualquer sugestão, peço que a encaminhe à Secretaria, a fim de nós a estudarmos e nos programar.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião ordinária. Convoco para daqui 5 minutos o início da sessão de audiência pública.

Estão encerrados os trabalhos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da segunda fase da reunião de hoje, a realização de audiência pública a requerimento dos Deputados Rômulo Gouveia, Silvio Torres e Paulo Rattes, destinada a discutir providências relativas à organização da Copa do Mundo de 2014, com participação dos Presidentes do São Paulo Futebol Clube, do Clube Atlético Paranaense e do Sport Clube Internacional.

Informo que nossos convidados já se encontram presentes. Convido a sentar-se à mesa o Sr. Juvenal Juvêncio, Presidente do São Paulo Futebol Clube; o Sr. Vitorio Carlos Costi Piffero, Presidente do Sport Clube Internacional, e o Sr. Marcos Malucelli, Presidente do Clube Atlético Paranaense.

Agradecemos mais uma vez a todos eles o atendimento ao nosso convite. Sejam muito bem-vindos à Comissão.

Esta é uma Subcomissão Permanente de acompanhamento dos recursos públicos que serão destinados à Copa de 2014. É dentro desse escopo que a presente reunião de audiência pública está sendo realizada. O objetivo é fazermos uma avaliação de como andam a organização e, especificamente, os trabalhos de construção e reforma dos estádios no Brasil. Os 3 clubes aqui representados por seus Presidentes são os 3 únicos das 12 sedes cujos estádios serão bancados pela iniciativa privada. Os demais clubes, ou melhor, os outros 9 estádios que pertencem a Municípios ou Estados deverão ser bancados com recursos públicos municipais ou estaduais ou financiados. Essa é uma discussão em curso.

[p4] Comentário: Sessão:1851/09 Quarto
Ta.:Leine Rev.:

[p5] Comentário: Todos os nomes foram
conferidos. Leine

[p6] Comentário: Sessão:1851/09 Quarto
Ta.:André Galvão Rev.:



Aguarda-se com certa ansiedade que se resolva essa questão dos estádios para a Copa de 2014, porque há um entendimento por parte da FIFA e do comitê organizador local que nenhum estádio brasileiro está em condições de receber a Copa do Mundo. Então, não há como imaginar que vamos fazer uma Copa do Mundo sem ter estádios em condições.

E os estádios públicos dependem muito de aportes de recursos ou do Governo Federal ou dos Governos Estaduais e Municipais — ainda não se sabe. Os estádios privados são os que já têm certa dinâmica diferente, o que já nos permite imaginar que há alguma facilidade maior. Mas essa é apenas uma polêmica instalada na sociedade, em especial entre os que estão acompanhando a organização da Copa do Mundo.

Portanto, acho que a presença desses 3 Presidentes será muito importante para que não apenas nós, desta Subcomissão e da Comissão, obtenhamos esclarecimentos, mas também para que a imprensa presente e toda a sociedade possa, a partir do depoimento dos senhores, fique melhor informada e esclarecida.

Então, mais uma vez, Presidentes Juvenal Juvêncio, Vitório Carlos Costi Piffero e Marcos Malucelli, agradecemos aos senhores a presença.

Vamos dar início à audiência pública.

De acordo com o Regimento, cada expositor terá a palavra por até 20 minutos. Se for necessário, esse tempo será estendido.

Gostaríamos de ouvir — e evidentemente poderá ser abordado outro tema, fiquem à vontade — algo sobre o andamento das ações para reforma ou construção nos estádios, enfim, como estão os entendimentos para esse fim.

Não há qualquer ordem de precedência, mas o Presidente do São Paulo Futebol Clube seria o primeiro falar, segundo a lista que tenho em mãos.

Solicito que o Presidente utilize esse microfone, pois ficará mais fácil.

O SR. JUVENAL JUVÊNCIO - Agradeço aos senhores a oportunidade. Primeiramente, gostaria de fazer um preâmbulo sobre o que entendemos de Copa de Mundo. Nós, que estamos nessa área de esporte, mais especificamente no futebol, entendemos que ela tem um significado fulcral e importantíssimo para a Nação, não só pelos resultados históricos do Brasil nessa competição mundial, eis que é pentacampeão, mas sobretudo em razão do momento e da oportunidade de



este País mostrar ao mundo quem é. Quem é você, Brasil? Quais são suas dificuldades, suas lideranças, seus avanços? Qual é sua universidade, sua tecnologia? Como vive o seu povo e como é a sua cultura? Como é o Brasil, com essa dimensão territorial, e sua competência energética? Enfim, quem é esse País que falará ao mundo?

Portanto, a Copa do Mundo será o momento em que o Brasil não se mostrará apenas vitorioso em campo, como já demonstrou, mas mostrará ao mundo quem é.

Faço uma comparação, Deputado Silvio Torres, com o que aconteceu recentemente na China com as Olimpíadas. A China, que lutou durante 60 anos, desde Mao Tse-Tung, Chiang Kai-Shek, para se mostrar ao mundo, ainda não havia conseguido. Ela não penetrou na imprensa ocidental e não conseguiu se mostrar ao mundo. Foi preciso um evento esportivo da magnitude de uma Olimpíada para que ela pudesse, em 30 ou 40 dias, mostrar a todo o universo a sua competência, o seu progresso, o seu país vitorioso.

A Copa do Mundo neste País foi realizada em 1950. Agora, vamos falar em 2014. Tenho a impressão de que o Brasil, agora, deve mostrar a evolução fantástica que ocorreu nos últimos anos. É preciso que o País mostre sua competência hoteleira, de transporte de massa de qualidade, hospitalar, assim como o nível de nossos centros culturais, centros de compras, centros de lazer, do nosso voluntariado e de nossas praças de alimentação. A tudo isso o mundo vai assistir na Copa do Mundo.

Para temos noção do que é isso, 3 dias antes do início da Copa do Mundo haverá um congresso da FIFA ao qual comparecerão 202 países. Repito: 202 países vão participar. A perspectiva de audiência do jogo inaugural é de 1 bilhão e 500 milhões de pessoas no mundo. Calcula-se que 1.500 aeronaves particulares estarão no Brasil para o jogo de estreia.

Precisamos, então, verificar como estão nossos aeroportos. Isto é a importância da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, este País em que, se examinarmos concretamente, o único entretenimento coletivo é o futebol. E quem dele se incumbem são os clubes, e não os governos em seus vários níveis.

Vamos respeitar essa regionalidade do brasileiro que gosta do futebol, do homem que sofre, do homem despossuído, mas que encontra em seus finais de

[p7] Comentário: Sessão:1851/09 Quarto
Taq.:André Galvão Rev.:



semana um clube de sua paixão com quem pode corretamente partilhar momentos de alegria.

Portanto, a Copa do Mundo deve ser vista sob uma ótica maior, mais ampla, de brasilidade. Esse é o enfoque que damos a esse processo. Acreditamos que nós, os clubes, precisamos da ajuda dos governos, do Congresso e do entendimento correto da fiscalização, sim, tal como o senhor pregou no artigo publicado hoje no Correio Braziliense. Está correto, mas é preciso ajuda aos clubes que estão descapitalizados. E assim estão porque a capitalização do clube está na ordem e sequência da distribuição de renda no País. Enquanto o ingresso médio na Inglaterra custa 270 reais, o nosso custa 20 reais. Por quê? Porque não pode custar 40 reais. Trata-se de um problema de renda da população, que está adstrita ao desenvolvimento do País, à distribuição de renda, ao progresso, ao crescimento do PIB. Então, deve-se fazer esse exercício de compreensão para que os clubes possam exercer o seu mister com denodo, eficácia e respeito à legislação.

Por isso, Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Silvio Torres, o São Paulo tem lutado muito ao lado de seus parceiros particulares, os quais têm enorme desigualdade nesse processo, porque 9 outros players nesse processo são Governos de Estados que têm orçamento para fazer face às suas despesas na edificação de suas arenas, em seus planos de mobilidade, na área de transporte, na área hospitalar e hoteleira.

E nós outros, particulares, não temos orçamentos públicos. É preciso, portanto, ao encarar esse processo com profundidade, ver também os clubes, que não são os governos. Aliás, são os clubes que praticam esse esporte, e não os governos. É preciso examinar isso com mais profundidade e muito cuidado.

Essas são as minhas palavras iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Torres) - Agradecemos ao Presidente Juvenal Juvêncio.

Passamos a palavra ao Sr. Vitório Carlos Costi Piffero, Presidente do Sport Club Internacional. Se V.Sa. quiser e achar mais conveniente, pode utilizar-se deste microfone.

O SR. VITÓRIO CARLOS COSTI PIFFERO - Bom dia a todos.

Muito obrigado pelo convite, Deputado Sílvio Torres.



É importante que os 3 clubes que serão sede dos jogos da Copa do Mundo venham a esta Comissão, por seu convite, para falar do que está acontecendo e do que poderia também estar acontecendo.

Assim como o Presidente do São Paulo, Juvenal Juvêncio, gostaria de enfatizar a questão do turismo, que é uma indústria a mais limpa possível, um gerador de emprego que abrange todas as camadas sociais, uma fonte de divisas para o País, e que isso será extremamente comentado face ao episódio Copa do Mundo 2014 e, evidentemente, também agora pelas Olimpíadas de 2016, a ser realizada no Rio de Janeiro.

Os Estados, as cidades e o Governo Federal vão fazer investimentos para que seja capitalizado da melhor forma possível, não apenas nos 30 dias de duração da Copa do Mundo, mas também agora e depois. Quando falamos de estádios de futebol da última Copa não há quem não pense, não há quem não vá à Europa e à Alemanha e não conheça o Allianz Arena, aquele estádio que lembra um pneu, que fica azul, vermelho, branco. Isso é Copa do Mundo, uma arquitetura arrojada que faz com que as coisas permaneçam na moda muito depois da própria Copa do Mundo. Aquela Copa do Mundo vai completar 4 anos, e, quando se fala em estádio, nós nos referimos basicamente a esse estádio. Isso, evidentemente, está levando divisas do turismo para a Alemanha permanentemente, sem contar os empregos gerados antes, durante e depois da Copa do Mundo.

A imagem do País muda através desse evento. Como disse o Presidente Juvenal Juvêncio, está aí o exemplo da China. Ela muda através de um evento que seja bem conduzido em todas as suas esferas. E o Poder Público tem fundamental importância e participação para que sejam atendidas as necessidades de um evento como é a Copa do Mundo.

O Internacional está permanentemente em obras desde 2003. Tenho certeza de que é por isso que nosso estádio foi escolhido para ser uma das sedes da Copa do Mundo. Por quê? Porque está permanentemente em obras — mas poderia estar mais. E, talvez, eu possa entrar diretamente no assunto, se o Deputado me permitir.

Temos, desde 26 de setembro de 2008, um convênio — ICMS 108 — que autoriza os Estados e o Distrito Federal a concederem isenção de ICM nas operações com mercadorias e bens destinados à construção, ampliação e reforma



ou modernização de estádios a serem utilizados na Copa do Mundo de 2014. Isso é de setembro de 2008, é um convênio do CONFAZ.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul — sei que de outros Estados também —, através do Decreto nº 46.029, de 2 de dezembro de 2008, modificou o regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias para se adequar justamente a esse convênio que prevê isenção de Imposto de Importação ou IPI, desoneração das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS, mas que remete, claro, a esse convênio do CONFAZ.

Acontece que isso não está regulamentado. Essas isenções previstas, que teoricamente estão resolvidas desde dezembro de 2008 — ressaltando que desde 2003 estamos em obras —, não estão regulamentadas. E como não estão regulamentadas, estamos pagando mais caro com os impostos das obras que estamos permanentemente fazendo. Como exemplo, contratamos e executamos — porque já estamos fazendo a cobertura do estádio — 5 dos 65 pilares. Desses 5 pilares estamos pagando mais de 25% de imposto. Portanto, eles já estão prontos — convido o Presidente e os membros desta Comissão para verem as obras. Estamos pagando mais impostos, quando, teoricamente, teríamos direito a essa isenção que ainda não está regulamentada.

Algo semelhante acontece no Paraná — apenas para mostrar as dificuldades que o Internacional está enfrentando e, tenho certeza, o Atlético Paranaense e o São Paulo também. Existe uma lei complementar, de dezembro de 2008, da Prefeitura de Porto Alegre, que prevê a isenção de ISSQN. E essa lei também não pode ser aplicada. Não consigo obter a isenção, porque o § 2º do art. 1º estabelece o seguinte:

“§ 2º - A pessoa física, jurídica ou equiparada nacional ou estrangeira, e inclusive delegação esportiva, deverá ser previamente credenciada pela Federação Internacional de Futebol — FIFA —, que fornecerá a relação oficial à Secretaria Municipal da Fazenda.”

O Beira-Rio, todos sabem, é um estádio escolhido para a Copa, mas a lei exige que a FIFA mande uma carta dizendo que o Estádio Beira-Rio, em Porto

[MSOffice9] Comentário: Sessão:1851/09
Quarto:8 Taq.:Herieudes Rev.:



Alegre, é o estádio da Copa, para que eu possa ter a isenção de ISSQN. Isso é de 29 de dezembro de 2008, portanto fará aniversário daqui a 2 meses.

Estamos questionando, mas, evidentemente, a FIFA tem alguns cuidados. O Beira-Rio será utilizado como estádio da Copa no momento em que ele estiver adequado às normas da FIFA. Para adequá-lo às normas da FIFA, teremos de fazer as obras. Quando eles disserem efetivamente que será o Beira-Rio, já teremos feito as obras e pagos todos os impostos.

Portanto, essa é uma questão de regulamentação, de isenções que já têm a devida previsão legal, mas que ainda estão estacionadas por um motivo ou por outro.

De outra feita, o Deputado Beto Albuquerque tem um projeto que reputo muito interessante para os clubes. Vejam, Deputado Silvio Torres e Srs. Deputados, quase todos os clubes brasileiros, da primeira e da segunda divisões, acabaram entrando na Timemania, e foram declaradas todas as dívidas adquiridas. O Internacional tinha dívida de mil novecentos e muito tempo atrás. O Internacional, há bastante tempo, mantém rigorosamente seus impostos pagos. Pagamos em torno de 1 milhão de reais por mês de impostos. Mês sim, outro também. E, portanto, adequados à Timemania, que é realmente um guarda-chuva que protege os clubes nessa questão dos impostos atrasados e impostos que disseram eram devidos: contribuições, além de multas, juros, correção, como eram administrados os clubes muitos anos atrás. Tudo isso está embaixo do guarda-chuva da Timemania. Mas isso não deixa de ser um problema, porque, pelo próprio esquema do funcionamento da Timemania, dívidas acima de 50 milhões não serão pagas pela Timemania. Os clubes terão de pagar mais.

O Internacional, com eu disse, já paga em torno de 1 milhão por mês de impostos.

Quando começamos a pagar o excedente que a Timemania não vai pagar, isso vai gerar uma conta muito grande, ao contrário do REFIS, em que a expectativa do Governo é receber o imposto em dia. Na Timemania, a expectativa do Governo é receber a dívida. Então, os clubes vão ter de pagar essa dívida. Não é que não vão pagar, mas é uma dívida que vem sendo construída lá atrás, com multas, correção monetária, com a moeda que tínhamos e passa por todas as moedas da história



recente do Brasil. Hoje o número é grande. A dívida do Internacional não é a maior. Vamos deixar isso claro.

O Deputado Beto Albuquerque, atento a isso e ao benefício que a Copa do Mundo traz e também ao esforço que os clubes vão ter de fazer com recursos próprios, através de financiamento ou não, mas com recursos próprios, através dos quais os clubes vão pagar suas contas, o Deputado criou um projeto de lei — S.Exa. está aqui presente e vou tentar esclarecer — em que os investimentos próprios em obras de construção e reforma de estádios para a Copa do Mundo geram um crédito tributário sobre contas vencidas ou vincendas. Isso é extremamente meritório, uma vez que o Internacional se propõe a buscar recursos junto ao seu torcedor com a venda antecipada de camarotes, no montante de 120 milhões ou 150 milhões, se não forem implementadas essas isenções de impostos. No momento em que o Internacional está fazendo isso, ele está, na realidade, economizando ao Governo Estadual, Municipal, Federal ou a quem de direito. Ele está economizando a construção de um estádio. O mesmo estão fazendo o Atlético Paranaense e o São Paulo.

Quem vai pagar o estádio? Vou usar como exemplo o estádio de Manaus. Que beleza! Vamos ter um estádio, para não sei quantas mil pessoas, em Manaus. Quem vai pagar? A esfera municipal, estadual ou federal. Não que Manaus não mereça ter seu estádio, mas vai haver um desembolso público. No nosso caso, não haverá. Então, entendo esse projeto extremamente meritório, ajuda os clubes, não com aporte de recursos, mas em uma outra esfera, na questão tributária. Nós, por exemplo, somos onerados por uma história, por ter 100 anos de história, na realidade. Esses clubes, como todos nós sabemos, são fundamentais para que tenhamos uma Copa em 2014 e que não tenhamos elefantes brancos, mas estádios sustentáveis. Os nossos projetos são sustentáveis. Que tenhamos uma grande Copa do Mundo, com um crescimento fantástico na geração de emprego, de renda, da imagem do Brasil no exterior.

Por isso se faz necessária essa unidade entre a iniciativa privada, que são os clubes, e o Governo, estendido em todas as esferas. Estamos aqui abertos, Deputado, para conversarmos sobre o que for necessário, sujeitos a qualquer tipo de conversa, para que sejam implementadas essas isenções e seja finalmente



aprovado o projeto de lei do Deputado Beto Albuquerque. Queremos fazer o melhor possível, ao menor custo, para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Nós é que agradecemos ao Presidente do Internacional, Vitório Piffero.

Comunico aos senhores que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela Internet, além da cobertura natural que ela tem da própria imprensa.

Apresento para os nossos convidados o Deputado Paulo Rattes, que é o Relator da Subcomissão, e o Deputado Rômulo Gouveia, que é o Presidente da Subcomissão e estão acompanhando os gastos públicos.

Também estão aqui presentes os Deputados José Rocha, da Bahia, Beto Albuquerque e Vanderlei Macris, dentre outros que por aqui já passaram.

Concedo a palavra Sr. Marcos Malucelli, Presidente do Clube Atlético Paranaense, pelo prazo de até 20 minutos. Caso necessite, poderá S.Sa. utilizar mais tempo.

O SR. MARCOS MALUCELLI - Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Não vou precisar de mais tempo, porque os Presidentes que me antecederam já explanaram tudo o que se pensa a respeito, os problemas que envolvem os clubes que detêm estádios particulares nas cidades sedes indicadas para a Copa.

O Atlético tem praticamente 75% do seu estádio já concluído. Ele é novo, foi inaugurado em 1999 — acabou de completar 10 anos. Nossos problemas são menores do que, evidentemente, os do São Paulo, cujo estádio foi inaugurado em 1960, e do Internacional, cujo estádio também é mais antigo — é um clube tradicional, centenário.

Não estamos atrás de dinheiro público para concluir nosso estádio. Quero deixar isso bem claro aqui. Entendemos que a responsabilidade pela Copa não é do clube. A Copa não é do Atlético, em Curitiba; a Copa é da cidade. A responsabilidade pelas obras é dela.

Estamos deixando à disposição do município a Arena. Certamente, teríamos condições de concluir suas obras para atender aos interesses do Atlético em

[p10] Comentário: Sessão:1851/09
Quarto:10 Taq.:Veiga Rev.:

[MSOffice11] Comentário: Quarto casado
com Paulo Domingos.



disputar os Campeonatos Paranaense, Sul-Americano, Brasileiro, a Taça Libertadores, mas não uma Copa do Mundo.

Só que o Atlético não joga a Copa do Mundo. Então, não tem necessidade de concluir seu estádio para atender às exigências da FIFA, que fazem com que o custo da conclusão das obras da Arena praticamente quadruplique: saltaríamos de um orçamento de 30 milhões para 138 milhões, com os impostos; se houver isenção de impostos, deve ser reduzido para uns 110 milhões. É um absurdo termos de atender a algumas exigências do caderno de encargos da FIFA que causam ônus dessa monta, quadruplicam o custo da obra para o clube.

Nós estamos na busca de parceiros que queiram concluir a Arena nas condições exigidas pela FIFA para que possa sediar alguns jogos. Outro detalhe: serão poucos jogos em Curitiba, 3 ou 4. Não é justo que o Atlético pule de um orçamento de 30 milhões para 130 milhões para atender à realização de 3 ou 4 jogos da Copa e depois fique com esse custo, porque a manutenção do estádio caberá a ele. Nossa intenção é fazer com que essas exigências da FIFA sejam reduzidas até certo ponto, amenizadas, para não encarecer tanto uma obra que atenderá a 3 ou 4 jogos.

Curitiba certamente receberá recursos do PAC da Mobilidade, que tanto se comenta, para ampliação dos seus aeroportos, das pistas de acesso, para a área de segurança, mobilidade urbana. Isso tudo ficará como legado para a cidade.

Nós não podemos, no Clube Atlético Paranaense, assumir um ônus de 100 milhões de reais e depois ficar com o custo da manutenção do estádio. Gostaríamos que, na medida do possível, os Deputados nos auxiliassem junto à FIFA para que algumas de suas exigências fossem reduzidas.

Por exemplo, há uma para eliminar os pontos cegos dos estádios, aqueles lugares em que o torcedor se senta e não tem visibilidade total do jogo. Na Arena temos cerca de 300 deles apenas — são cadeiras. Vejam os senhores que todo o estádio só tem cadeiras, que não nos pertencem, porque vendemos todas aos nossos associados.

Então, temos 25 mil lugares e 25 mil proprietários. Nós não vendemos ingressos em dia de jogo, a não ser para a torcida adversária, aqueles 10% que



temos de reservar para o adversário. Os demais lugares estão ocupados por nossos associados.

Nossa preocupação em dia de jogo é colocar à venda 2 mil e poucos ingressos para os visitantes. Quando eles não ocupam essa área toda, o que sobra vendemos para nossos torcedores não associados. Temos em torno de 300 lugares formando o ponto cego. São algumas poltronas colocadas ao lado dos pilares que sustentam a cobertura do estádio. Essas cadeiras, naturalmente, não as vendemos. A pessoa que ali sentar não vai ter total visibilidade do jogo. A FIFA pede que esses pontos cegos sejam eliminados. Mas eliminar esses pontos cegos requer que tiremos os pilares que ficam ao lado dessas cadeiras, e isso fará com que troquemos toda a estrutura do estádio. Poderíamos eliminar apenas os 300 assentos, porque a exigência é que haja 40 mil lugares. Nós temos 41 mil lugares. Se tirarmos esses 300 assentos, restarão 40.700, o que está dentro do mínimo exigido.

Para retirar esses pilares e refazer toda a parte estrutural e cobertura vamos gastar 25 milhões de reais. Para quê? Podemos tirar as 300 cadeiras e eliminar os pontos cegos.

Contra essas exigências é que estamos lutando. Fazer isso é um absurdo, é gastar dinheiro à toa. Nem com isenção de impostos isso nos interessa. É preferível não termos a Copa no nosso estádio. Não vamos assumir esse ônus e depois transferi-lo aos nossos associados, ou seja, pagar um empréstimo de 100 milhões de reais quando não precisamos desse montante para concluir a arena, deixá-la pronta para a realização dos jogos da Copa do Mundo, à exceção de 3 ou 4. Essa é a situação.

Quero deixar bem claro que não estamos atrás de dinheiro público. Temos 75% do estádio concluído às nossas expensas, às expensas do associado do Atlético Paranaense, temos todas as cadeiras vendidas, temos arrecadação mensal suficiente para manutenção do clube, que é proporcionada pelos próprios associados, afora outras rendas.

Aprecio esse projeto do Deputado gaúcho sobre a compensação de débito tributário. Não digo isso em causa própria, porque o Atlético está também no regime da Timemania, ou no REFIS, como queiram. Nós temos uma dívida de 7 milhões de

[P12] Comentário: Supervisor.:Madalena

[p13] Comentário: Sessão:1851/09
Quarto:11 Taq.:Gilberto Rev.:



reais apenas com tributos. A nossa dívida consolidada na Timemania é de 7 milhões de reais, talvez das mais baixas entre os clubes da série A do Campeonato Brasileiro. Isso resulta numa prestação de em torno de 40 mil reais, que é paga suficientemente com o que a Timemania nos proporciona: em torno de 80 mil reais. Estamos pagando a prestação do mês e uma das vincendas, o que fará com que terminemos nossas obrigações com a União antes do prazo previsto.

Acho interessante esse projeto do Deputado Beto Albuquerque porque os demais clubes, que têm dívida maior do que a nossa, poderão compensar o que vão gastar na construção de seus estádios com débitos vencidos e vincendos. O projeto é interessante, auxilia os demais clubes. O Atlético, graças a Deus, não tem essa dificuldade, em função de a dívida ser pequena.

Deputado, coloco-me à disposição para eventuais perguntas. Estou inteiramente à disposição para elucidar tudo o que for necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Presidente Marcos Malucelli.

Vamos passar imediatamente aos debates.

Comunico aos Parlamentares que queiram participar que devem inscrever-se junto à Secretaria. Acho que o Deputado Beto Albuquerque quer. O Deputado José Rocha, como nosso convidado nesta Comissão, pode participar do debate.

Concederei a palavra primeiro ao Relator da Subcomissão, Deputado Paulo Rattes, do PMDB do Rio de Janeiro, para as suas considerações.

O SR. DEPUTADO PAULO RATTES - Sr. Presidente Silvio Torres, Srs. Presidentes de clubes aqui presentes, Srs. Deputados, quero dizer, em primeiro lugar, que sou torcedor fanático, e por isso mesmo fiz questão de fazer esse requerimento, movido pelas mesmas preocupações que têm todos os brasileiros, inclusive os integrantes deste Congresso Nacional, movido pela mesma perspectiva: ter uma Copa do Mundo em que não só ganhemos — isso nós já mostramos, como muito bem disse o Juvenal Juvêncio —, mas em que mostremos aos povos de todos os países que aqui vierem que amadurecemos, junto com o futebol brasileiro, apesar de todas as dificuldades.



V.Sa. disse que o custo do ingresso aqui é 20 e 280 na Europa. Em compensação, nossos jogadores têm o mercado europeu. Há dificuldade em os clubes manterem esses jogadores aqui. Logo, os clubes precisam ser estimulados.

Parabenizo o Deputado Beto Albuquerque, meu colega, pela iniciativa que tomou. Há necessidade disso. O clube não pode ser tratado como uma entidade qualquer que vise apenas o lucro; tem de ser tratado de outra maneira, mesmo porque, no caso da Copa do Mundo, segundo me parece, os ingressos serão vendidos pela FIFA. Não haverá retorno para os clubes. Os senhores construirão estádios e não receberão um tostão sequer da FIFA ou da CBF.

Meu caro Presidente Silvio Torres, meu caro Presidente desta Comissão, Deputado Rômulo Gouveia, acho que agora entramos efetivamente na tarefa a que nos propusemos. Até o momento só houve conversas. Agora temos fatos. Os senhores os apresentaram, assim como as dificuldades.

Entidades privadas se propõem a participar desse movimento conjunto para construção de portos e para a locomoção urbana, afora os financiamentos do PAC, as verbas federais e estaduais. Mas elas só fazem diagnósticos, indagações. Nenhuma delas diz: "A coisa vai acontecer mesmo". Até agora, não vimos nada.

Tem vindo gente do Governo aqui; gente muito boa, muito simpática. O Ministro das Cidades e o Ministro dos Esportes estiveram aqui, mas nada trouxeram de substancial, nada que resolva os problemas que os senhores têm pela frente, nada que resolva os problemas de Estados e Municípios que sediarão os jogos da Copa do Mundo. Nada. Não há comitê organizado, não há nada.

Doravante, já se sabe, se continuar assim...

O Presidente do Atlético Paranaense foi enfático: "Eu prefiro que não tenha Copa do Mundo no estádio do Atlético Paranaense", o que é muito justo. É preciso criar subsídios para os clubes. É preciso que o Governo entenda que precisa participar efetivamente. Isso no caso do Atlético Paranaense.

Tenho lido nos jornais as declarações do Presidente do São Paulo, tricolor como eu, só que ele é do São Paulo e eu sou tricolor e último colocado, infelizmente. Sofro toda semana. Caminho celeremente para a segunda divisão, mas, mesmo assim, torço, e torço muito, pelo meu Fluminense.

[p14] Comentário: Sessão:1851/09
Quarto:12 Taq.:Gilberto Rev.:



Talvez eu seja o único — não sei se os senhores tiveram essa oportunidade — que assistiu a uma Copa do Mundo, a de 1950. Eu fui em bonde. Levei meia hora para ir da Tijuca até o estádio. Hoje eu levo 3 horas para ir da minha casa, na Barra, ao Maracanã. Vejam que caos! Esse caos tem de ser eliminado, mas só ouço palavras, e palavras perdem-se no vento. Precisamos de fatos. É preciso criar um comitê — o nosso Presidente tem insistido tanto... — com a participação do Governo e de membros do Congresso Federal para que saibamos realmente o que está acontecendo. E o que está acontecendo é isso que vemos nos jornais, mas parece que está tudo bem, tudo ótimo.

Estamos a 4 anos de uma Copa e ainda temos pela frente a Copa das Confederações. Como isso vai acontecer? Vai acontecer como no Pan-americano, aquela bagunça final, e até hoje se discute o excesso de verbas empregadas, a corrupção.

Como disse ao Ministro, Sr. Presidente, não julgo ninguém, absolutamente, mas não quero que aconteça a mesma coisa. Esta Subcomissão, da mesma maneira, não quer que aconteça o que se viu no Pan-americano.

Pergunto aos senhores: como tem agido a CBF? No caso específico do São Paulo, do Atlético Paranaense e do Internacional, como ela age? Como age o Sr. Ricardo Teixeira? Está agindo no sentido de ajudar aos clubes nessa situação? Afinal, ele é o intérprete mais importante junto à FIFA. Não somos nós, Parlamentares, que **teremos** esse acesso. Acho até que teremos dificuldade em chegar à FIFA.

Como está agindo o Governo Federal? Soube que ele se propõe a financiar os clubes, por intermédio de entidades privadas, nas reformas que têm de ser feitas.

Essas são as duas perguntas que eu faço.

Valeu a pena termos criado esta Subcomissão. Agora temos fatos claros, definidos. Se as coisas não acontecerem, vai ficar apenas aquele palavrório: “Nós vamos fazer”.

O fato é que não estamos fazendo o que devíamos estar fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Deputado Paulo Rattes.



Registro a presença — não porque o Ministro foi citado — do Sr. João Luís, assessor do Ministério do Esporte.

Passo a palavra ao Deputado Rômulo Gouveia, Presidente da nossa Subcomissão e também autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar os Presidentes e agradecer-lhes a presença extremamente importante.

O Deputado Paulo Rattes tomou a iniciativa de apresentar requerimento para criação desta Comissão visando contribuir para otimizar gastos e analisar aspectos como esses que envolvem a Copa.

Os Presidentes expuseram claramente a sua preocupação. Todos nós estamos preocupados. Há uma série de providências a adotar, entre elas, a criação de um comitê, em que deve haver a presença dos clubes.

Há uma pergunta que gostaria de fazer a cada um: como estava a captação de recursos junto às instituições financeiras ou ao público? O Presidente do Atlético mostrou preocupação com o endividamento. É claro que todos os Presidentes têm, até porque, independentemente desses investimentos, a situação dos clubes já é difícil.

Caso haja recursos, já viram os meios de pagamento?

E quanto à utilização dos estádios após a Copa e aos investimentos para atender às exigências da FIFA, sem que os estádios se tornem elefantes brancos?

Temos algumas experiências. A Alemanha é exemplo de experiência que deu certo — o Presidente esteve lá —, mas há um custo para manutenção do estádio após a Copa.

A partir de agora, temos de manter contato, cada vez mais. Preocupa-nos que a essa altura... Temos prazo a cumprir. Por isso, inclusive, estamos fazendo alguns levantamentos na África. Ela está enfrentando dificuldades também. Temos essa informação, mas vamos checar *in loco*, para que possamos contribuir.

Quero parabenizar os Presidentes pela sinceridade nas declarações. O objetivo desta reunião, Deputado Vanderlei Macris, é poder ouvi-los. Esta Comissão, graças ao empenho pessoal do seu Presidente, Deputado Silvio Torres, avançou bastante em mecanismos. Hoje temos uma rede atuando junto aos Tribunais de



Contas. Realizamos audiências com os principais Ministros envolvidos. Pretendemos avançar bastante até o final do ano para que possamos começar 2010 com resultados.

A essa altura, ainda estamos esperando o decreto que cria o comitê. Estamos aguardando também que o Governo informe o limite de gastos públicos para o Orçamento de 2010, que está em discussão, e o que vai ficar sob a responsabilidade de Estados e Municípios e dos clubes, como estamos debatendo — e que a CBF também comece a debater, porque, ao que me consta, ela está ausente.

Inicialmente, era o que tinha a dizer. Cumprimento os Srs. Presidentes, agradeço-lhes a presença e também cumprimento o Presidente Silvio Torres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Torres) - Obrigado, Deputado Rômulo Gouveia.

Informo aos convidados que vou dar a palavra a todos os Deputados para que façam seus questionamentos, já que não são muitos, e ao final V.Sas. terão oportunidade de responder e de debater.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus caros convidados, a nossa Comissão de Fiscalização e Controle tem um objetivo fundamental nesse processo: fiscalizar a ação do Governo — esta é a nossa função no Parlamento —, principalmente nos investimentos que fará para a Copa do Mundo e também para as Olimpíadas de 2016.

Essa fiscalização da Câmara Federal e desta Comissão se fez necessária principalmente por conta do que aconteceu nos Jogos Pan-americanos. Essa não foi a melhor experiência que tivemos do ponto de vista da ação do Governo, principalmente pela falta de planejamento e antecedência na previsão orçamentária para que a realização daqueles jogos fosse bem-sucedida. As concorrências e as obras foram feitas às pressas, e hoje restam muitas dúvidas do Tribunal de Contas sobre os investimentos. Ou seja, dinheiro público foi pelo ralo. Houve gastos absolutamente desnecessários naquele processo.

Dinheiro público é público e precisa a ser fiscalizado. E esta é a grande função que temos nesta Comissão: atuar desde já no detalhamento e no

[P16] Comentário: Sessão:1851/09
Quarto:14 Taq.:Irma Rev.:



acompanhamento de todas as questões que envolvem investimentos de recursos públicos para a Copa de 2014.

Com a presença dos senhores, que para mim foi muito importante, pude ver as responsabilidades impostas aos estádios particulares para cumprimento das determinações da Federação Internacional de Futebol.

O Presidente do Atlético Paranaense, Marcos Malucelli, disse claramente que temos de fazer uma série de obras, que vão custar 25 milhões de reais, para mexer em 300 cadeiras do estádio. Realmente, isto salta aos olhos. É preciso alternativa. É impossível o estádio de repente ter de arcar com essa responsabilidade, por interferência do Governo e da Federação Internacional de Futebol, para que isso seja feito. Simplesmente dizer: "Vocês se virem para poderem adequar esse estádio" é uma coisa absurda.

As coisas não estão sendo colocadas de maneira muito adequada. Já estiveram presentes aqui 3 Ministros: das Cidades, do Esporte e do Turismo. Estamos vendo que o Governo está atuando de alguma maneira — mais no discurso, porque na prática há muito para se resolver. Estiveram presentes também alguns setores importantes do turismo. Entretanto, quanto a utilização dos portos brasileiros, ainda não se tem um plano de investimento. Por enquanto, só há discurso. Nada há na prática para que o Brasil possa se preparar definitivamente.

O que vai acontecer lá na frente? Ao apagar das luzes, o Governo terá de correr para colocar tudo em ordem. Está aí o grande problema.

Vamos atuar nessa direção.

Quero deixar aqui algumas perguntas. Talvez os 3 possam respondê-las. Foi manifestada a intenção do Governo de abrir financiamento para os estádios particulares junto ao BNDES. Os senhores sabem de quanto foi o financiamento aberto? Os senhores têm interesse em fazer financiamento junto ao BNDES? Ou se trata simplesmente de um gesto do Governo e os senhores não têm interesse algum nessa direção? São as perguntas que faço.

Agradeço muito aos senhores a presença. Com essas manifestações, teremos argumentos suficientes para dar continuidade ao nosso trabalho de pedir ao Governo e aos Ministros ligados a área mais rapidez no planejamento e na previsão de gastos públicos para a preparação da Copa do Mundo de 2014. Não vamos



discutir o mérito da Copa, ela será sensacional para o Brasil, mas a nossa função é acompanhar detalhadamente tudo o que vai ser feito em termos de planejamento e investimento de dinheiro público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Torres) - Agradeço ao Deputado Vanderlei Macris.

Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ilustre Presidente desta Comissão, Deputado Sílvio Torres, cumprimento os representantes de 3 dos 4 maiores clubes do Brasil. Infelizmente o Vitória, o quarto, não está representado nesta Mesa. Cumprimento, pois, o Internacional, o São Paulo e o Atlético Paranaense por meio de seus Presidentes.

O Brasil tem de ser enaltecido pela realização dos 2 maiores eventos esportivos do mundo: a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016. Não tenho dúvida de que no Brasil será feito como o foi em todos os países que sediaram eventos tão importantes quanto esses.

Certamente haverá investimentos públicos. Investimentos que já iriam acontecer e serão antecipados em seus cronogramas, tais como ampliação de aeroportos, implantação de metrô, melhora da segurança pública. Vimos recentemente no Rio de Janeiro um ato lamentável. Com certeza a realização da Copa vai acelerar a destinação de maiores investimentos na área de segurança pública no Rio de Janeiro. Temos de enaltecer e muito a realização desses 2 grandes eventos no Brasil.

Não tenho dúvida de que há uma preocupação muito grande da parte de todos em relação à aplicação de recursos públicos. O assunto tem de ser alvo de preocupação de todos nós, não só do Congresso Nacional, incluída esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, mas também do Tribunal de Contas da União, órgão especificamente responsável pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos.

Visto que houve um enorme trabalho do Governo Federal, do Ministro Orlando, da CBF e de autoridades de todos os Estados porque queríamos sediar jogos da Copa, temos de dar nossa contribuição. Cada Estado tem de participar com

[p17] Comentário: Sessão:1851/09
Quarto:15 Taq.:Leine Rev.:



sua contribuição, cada município onde se realizarão jogos da Copa também. E o Governo Federal precisa dar sua parcela com investimentos públicos em projetos que requerem investimentos públicos, que vão servir ao povo de cada cidade e de cada Estado onde serão realizados os jogos.

Uma vez que possa investir menos dinheiro público, aproveitando estruturas existentes, não tenho dúvida de que esse será o caminho que o Governo haverá de percorrer. Se a arena do Atlético Paranaense puder ser adaptada com menos recursos públicos para o atendimento do que se propõe para a realização de jogos da Copa lá, certamente uma solução será proposta buscando esse entendimento, o mesmo com o São Paulo e com o Internacional, cujas arenas já existentes serão utilizadas para realização de jogos da Copa.

À proporção que investir em estacionamento para torcedores no Morumbi, o Governo vai beneficiar também o público diário do estádio, o mesmo ocorrendo em relação a investimento em transporte público e outras áreas.

Como foi dito aqui pelo Sr. Marcos Malucelli, a arena do Atlético não precisa de investimentos tão altos para satisfazer as necessidades do clube quanto para atender às exigências da FIFA para realização dos jogos. O mesmo ocorre com o São Paulo e com o Internacional.

Visto que a necessidade do clube é maior, certamente será muito mais importante que os Poderes Públicos entrem com a sua parceria do que construir uma nova arena, um novo estádio.

Em Salvador, por exemplo, temos 2 estádios: o Barradão, do Vitória, que tive a honra de construir quando presidente do clube, e o Pituaçu, construído pelo Governo do Estado, que serve hoje ao Esporte Clube Bahia. Se construirmos um novo Fonte Nova para realização dos jogos da Copa, Salvador terá 3 estádios. Certamente não será demais.

Sr. Presidente, seria importante ouvirmos alguém relacionado à Secretaria de Esportes do Governo do Estado da Bahia sobre essa questão, porque talvez seja mais econômico investir no Pituaçu, que pertence ao Estado — com mais 100 milhões nós o adaptariamos para a Copa —, do que reconstruir o Fonte Nova, ao custo de 700 ou 800 milhões de reais, para que depois não tenha utilidade, como

[P18] Comentário: Sessão:1851/09
Quarto:16 Taq.:Luciene Fleury Rev.:



deveria. Afinal, o Vitória vai continuar jogando no Barradão, e o Bahia no Pituaçu, o que satisfaz plenamente os 2 clubes baianos.

O assunto merece discussão aprofundada, considerando-se as peculiaridades de cada Estado onde se realizarão os jogos da Copa e os equipamentos de que cada um dispõe para esse evento.

O tempo corre. Dia 1º de março é o prazo estipulado pela FIFA para início das obras nos estádios.

Em Brasília não há problema. O Governo do Distrito Federal vai alienar os terrenos vizinhos ao Mané Garrincha e com os recursos vai adaptar o estádio. E ainda sobrarão recursos, não sendo necessário usar recursos do Tesouro.

Em Manaus seria importante a construção de um estádio para alavancar ainda mais o futebol do Amazonas. Porém, há Estados em que o investimento público tem de ser o mais parcimonioso possível, dada a situação de cada um.

Parabenizo os ilustres palestrantes Juvenal Juvêncio, Marcos Malucelli e o querido Presidente do Internacional, que trazem contribuições importantes, para reflexão não apenas desta Comissão, mas de todos os Parlamentares da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rômulo Gouveia) - Registro a presença do Deputado Alfredo Kaefer, do Paraná, que sem dúvida veio prestigiar a presença do Presidente do Atlético na Comissão.

Com a palavra o Deputado Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE - Deputado Rômulo Gouveia, demais colegas, caros dirigentes do Sport Club Internacional, do São Paulo Futebol Clube, do Clube Atlético Paranaense, esse debate ocorre em boa hora. Por isso, cumprimento esta Comissão por estar preocupada com esse assunto.

A rigor, de concreto, não temos nenhuma proposta. Sabemos que daqui a 4 anos será realizada a Copa e que cada uma das capitais escolhidas para sediar os jogos da Copa tem um rol imenso de investimentos em transporte, em mobilidade, a realizar. Mas uma capital só pode se credenciar para receber investimentos em mobilidade, transporte, **segurança** e saúde se tiver estádio onde realizar os jogos da Copa. Senão, infelizmente, não está habilitada para tanto.



Em 3 capitais brasileiras, Porto Alegre, São Paulo e Curitiba, o encargo de recuperar arenas para a realização dos jogos de futebol da Copa do Mundo está sendo dirigido aos clubes privados. Essas capitais, se tiverem estádios, evidentemente poderão receber investimentos, que servirão a toda a população, como descrevi há pouco: ampliação do metrô, construção de passarelas, políticas de segurança e tudo o mais.

Entretanto, em outras 9 capitais — quanto a isso, inquieta-me a ausência de respostas —, não se tem o envolvimento direto de clubes, cabendo ao Poder Público, com muita certeza, não importa em que esfera, a responsabilidade pela viabilização do estádio e da infraestrutura que beneficiará a população posteriormente.

Particularmente, sempre considerei mais barato o incentivo tributário do que o Poder público assumir integralmente responsabilidades que não deveriam ser suas. Seguramente é mais barato para o Poder Público ajudar os clubes das capitais que virão a sediar os jogos ou que venham a disponibilizar seus estádios para treinamento. Não é tradição que em Copa do Mundo as seleções joguem no mesmo estádio em que treinem, sempre o treinamento é feito em outro estádio, às vezes em outra região. Mas o Brasil é muito grande, diferentemente de outros países que foram sedes de jogos da Copa. Viajar pelo Brasil, de Estado para Estado, não é tão simples quanto viajar de uma cidade a outra na Alemanha, na Suíça ou onde queiramos. É provável que em cada uma dessas capitais sejam escolhidas arenas de outros clubes para servirem de apoio.

Em Porto Alegre, o estádio do Grêmio poderá servir de apoio, já que o do Internacional será a sede; em São Paulo, poderão servir de apoio os clubes Palmeiras e Corinthians; e em Curitiba, o Coritiba.

Portanto, o envolvimento dos clubes representa uma solução muito melhor e mais econômica para o Poder Público. E há um detalhe importante: quando os clubes fazem, eles cuidam depois. E os estádios públicos que fizemos?

Não faço objeção quanto a nenhuma das capitais escolhidas para sediar os jogos da Copa do Mundo, mas o que faremos com um estádio em Manaus depois da Copa do Mundo, apesar de a escolha ser estratégica e politicamente correta. Afinal,



é a Amazônia. A rapaziada vai jogar pelada, num fim de tarde, num estádio público de não sei quantas centenas de milhões de reais?

O que faremos com estádios públicos na Bahia, em Pernambuco e no Ceará? Os clubes locais continuarão jogando nos seus estádios. E o estádio público servirá para quê? Quem o conservará?

Se dou estímulo a um clube é porque sei que aquele estádio servirá à Copa e servirá ao clube. Haverá manutenção posteriormente, sem custos adicionais para o Erário Público. E tenho sido acusado! É incrível!

O que já vimos no Brasil em termos de desperdício de dinheiro público originário do Orçamento, dinheiro bom... Orçamento é dinheiro bom, dinheiro que se tem disponível; dívidas consolidadas são recursos não disponíveis possivelmente por décadas, **ainda** que os clubes paguem-nas em parcelas, como está previsto. Imagino que devamos ter consolidado na Timemania mais de 2 bilhões de reais em dívidas, que são históricas, não dizem respeito às atuais gestões — modernizaram-se recentemente os clubes brasileiros. Eles têm lá um estoque de dívidas.

Que problema há em permitir que um clube, seja em Porto Alegre, seja em São Paulo, Curitiba, Bahia ou Rio de Janeiro abata da sua dívida o investimento que fará? Isto é mais relevante para o Erário Público do que fazer o Município, o Estado e o Governo Federal desembolsarem recursos para construir estádios em 9 capitais brasileiras. E é o que acontecerá.

Acusam o Deputado Beto Albuquerque — o Correio Braziliense, inclusive — de propor projeto para dar dinheiro aos clubes. “Dá um dinheiro aí!”, diz a manchete, como se eu estivesse dando dinheiro aos clubes. E as capitais que receberão dinheiro de graça? Aliás, no Distrito Federal, foi construído o Bezerrão, ao custo de 70 milhões de reais. Quem está aproveitando o Bezerrão, que sediou 1 jogo apenas, Seleção Brasileira contra Portugal?

Que solução apresenta o Correio Braziliense? Que solução apresenta a mídia que critica o meu projeto? Construir mais um estádio em Brasília? E depois da Copa? O Bezerrão e o novo Mané Garrincha serão mantidos por quem? Quem jogará nesses 2 estádios no Distrito Federal? Quem utilizará os estádios nas outras capitais?

[p20] Comentário: Sessão:1851/09
Quarto:18 Taq.:Gilberto Rev.:



Alto lá! Devagar! O Correio Braziliense, jornal pelo qual tenho muito respeito — aliás, sou defensor irredutível da liberdade de imprensa —, tem de ir devagar com os seus conceitos, tem de respeitar a história de Deputados.

Eu ousei propor, e não me arrependo, uma política que envolve clubes, que permite aos Governos de Pernambuco, do Ceará, da Bahia e do Rio de Janeiro dialogarem com os clubes, conceder-lhes a possibilidade de estarem envolvidos e não apenas arcarem com 100% dos custos, com dinheiro orçamentário. Essa é a minha proposta. Acho-a razoável. Ela não servirá apenas ao Internacional, ao São Paulo, ao Atlético Paranaense; servirá a tantos quantos sejam os clubes das capitais que queiram ser protagonistas de jogos de futebol, em parceria com o Poder Público ou não. Também é possível fazer parceria público-privada.

A história toda é a seguinte, senhoras e senhores: nenhum dos clubes brasileiros, para participar de jogos nacionais, regionais, sul-americanos, precisa fazer absolutamente nada nos seus estádios. O Morumbi não precisa de nada para que o São Paulo continue lá jogando, assim como o Parque Antártico, o Beira-Rio, o Olímpico, a Baixada. Nenhum estádio pertencente a time de futebol precisa gastar dinheiro hoje, inclusive para participar de competições internacionais sul-americanas. Para a Copa, não, têm de fazer isso e aquilo. E a responsabilidade é de quem?

Uma vez que se impõe aos clubes um evento que é nacional, que é do País, por que não ter uma política de incentivo? Que pecado há em oferecer incentivo? Incentivar é muito menos do que pagar. Se nessas 3 capitais, Porto Alegre, São Paulo e Curitiba, houver estádios para servirem de apoio, serão 3 estádios destinados à realização dos jogos e 3 estádios destinados aos treinamentos. Portanto, que problema há em estimular esses clubes? **Esse** é o debate a ser feito, Presidente Silvio Torres. Não vejo solução.

Estou vendo o Brasil encaminhar-se de novo para algo a que assistimos há pouco. Há quanto tempo o Maracanã foi reformado? Outro dia. Dois anos atrás, gastamos 400 milhões ao reformar o Maracanãzinho para o Pan-americano e agora vamos desmanchá-lo, para fazer um novo. O dinheiro do Maracanã não é público? De quem é o dinheiro?



O Engenhão está locado para o Botafogo, e acho que ele nem paga mais o aluguel. E não é um estádio de futebol; é um complexo esportivo. Só que nenhum atleta olímpico entra mais no Engenhão para treinar, porque ele foi transferido, graciosamente, a um clube de futebol.

Ao que me parece, aqueles que criticam a minha proposta querem que esse modelo se repita.

Senhoras e senhores, não sei se o meu projeto será aprovado, porque isso depende do entendimento do Governo. Não são as vozes da verdade — que escondem a verdade e denunciam aquilo que lhes interessa — que aprovarão essa matéria. Isso dependerá do Congresso. Mas quero reiterar nesta reunião que prefiro a política de parceria e de incentivo. Ela é menos onerosa para o Erário público e torna os clubes protagonistas, permitindo-lhes decidir fazer algo que não têm obrigação de fazer para continuarem sendo clubes. E os torcedores, como disseram os Presidentes Malucelli, Juvenal e Piffero, terão de pagar para assistirem aos jogos da Copa no seu próprio estádio.

Dentro do Beira-Rio ou do Morumbi, a mídia não se torna a mídia dos clubes. A bebida que lá será vendida, inclusive alcoólica, cuja venda em estádio é proibida no Brasil — a FIFA diz que não porque há patrocinador internacional de bebida alcoólica — pertence à FIFA. Os anúncios serão da FIFA. A minha cadeira dentro do estádio Beira-Rio — eu sou colorado —, pela qual eu pago e é patrimônio meu, estará à venda para qualquer um que ali queira sentar-se durante os jogos da Copa.

Convenhamos que é preciso valorizar os clubes, o que não significa privilegiá-los, dar-lhes dinheiro de graça.

Alto lá! Responsabilidade nessas matérias! Vamos tratar do assunto com a seriedade e a dimensão que lhe cabem!

Ou achamos um caminho para dar aos clubes incentivo ou gastaremos bilhões em estádios que depois ficarão sem ter quem deles cuide, quem deles trate, quem os use.

De nada adianta ter estádio público se ninguém pode fazer uso dele. De nada adianta dizer: “Parabéns, é um estádio público!”. O que faremos com um estádio público em Brasília com capacidade para 50 mil pessoas depois dos jogos da Copa? Qual público se beneficiará dele? Para quê servirá?



Era o registro que queria fazer, Deputado Rômulo Gouveia, Deputado Silvio Torres.

Esta Comissão está no caminho certo ao trazer à tona esse debate e ouvir sugestões. Eu apenas dei uma ideia. Ela pode não prosperar, mas é uma ideia concreta que há neste debate. Todo o resto é conversa fiada.

A imprensa, que me critica, está calada, não diz qual é a solução. O Correio Braziliense ainda não me disse se concorda em que se gaste meio bilhão de reais de dinheiro público, que vai fazer falta às cidades satélites de Brasília, ao transporte, à habitação, à educação, para sustentar os jogos da Copa.

Então, alto lá! Quero o respeito daqueles que me criticam. Sei que amanhã virá a manchete, porque estou nominando aqueles que em mim batem. Não sou covarde. Amanhã virá a manchete dizendo que estou aqui de novo vociferando para que se dê dinheiro aos clubes. Mentira! Mentira! Mentira! Hipocrisia! Hipocrisia! Hipocrisia! Eu quero outra solução para a Copa do Mundo que não onere apenas os clubes e seus sócios, mas que também não seja integralmente responsabilidade da população, que prefere e precisa de outros serviços.

Esta Casa poderá examinar com denodo, com largueza e com inteligência o projeto que apresentei. Se entender que esse não é o caminho, criamos outro. Até agora não há nada escrito sobre como essas 12 capitais sediarão os jogos da Copa. Não há nada desenhado, delineado ou decidido.

É a intervenção que faço. Desculpem-me o desabafo e até a voz mais alta, o que não é do meu estilo, mas não sou parceiro da injustiça; sou parceiro daqueles que propõem, têm e valorizam ideias, debatem e decidem. Desses, eu sou parceiro. Dos que acusam e não dizem nada não sou e não quero ser amigo, porque são covardes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rômulo Gouveia) - Tem a palavra o Deputado Alfredo Kaefer, do PSDB do Paraná, para dar sua contribuição a esta audiência pública.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Caro Presidente da Comissão, Deputado Silvio Torres, Deputado Rômulo Gouveia, Presidentes do Atlético



Paranaense, São Paulo e Internacional, senhores presentes, minha cidade tem uma característica: está tão preocupada com o Inter quanto com o Atlético, lá no Paraná.

Temos uma migração sulista. O primeiro clube que surgiu na minha cidade carrega a cor vermelha, do Internacional. Logo depois gremistas fundaram um time que carrega a cor azul, que também representa o Grêmio. Então, lá a grande torcida é do Grêmio ou do Inter.

Quero dar aqui minha modesta colaboração ao debate. Às vezes me sinto frustrado, decepcionado. Imagino até, Deputado Rômulo Gouveia, que muitos lá fora devem estar pensando que o Brasil não tem mais problemas básicos para resolver. Dá a impressão de que resolvemos todos os problemas em saúde pública, educação, segurança etc. Por que digo isso? Porque nos propomos a fazer gastos como se tivéssemos resolvidos nossos problemas básicos.

Quanto aos Jogos Pan-americanos, que tiveram orçamento inicial que não chegava a 1 bilhão de reais, soube-se que depois, entre Município, Estado e União, a conta passou de 4 bilhões de reais. Está aí o depoimento do Deputado que falou há pouco: estádios construídos cedidos em comodato, sem renda nenhuma, subaproveitados.

Estamos na iminência de realizar uma Copa do Mundo, quando certamente muito dinheiro público será investido. Estou convencido de que o projeto do Deputado Beto Albuquerque não vai prosperar. Até me coloco na condição dos presidentes de clubes.

Por que fazer dívida com o BNDES ou arrumar recursos? Qual é a finalidade? O Atlético pode até aumentar o tamanho da arena, fazer investimentos, mas dentro de uma cadência, do que precisa. Agora, não precisa fazer um gasto para ele próprio, para o torcedor paranaense. Vai se comprometer a troco de quê? Foram disponibilizados recursos do BNDES. Mas é endividamento que o clube, os sócios, os torcedores vão ter que pagar. Não é diferente com Inter, São Paulo e outros clubes.

Lá na frente vamos ter as Olimpíadas. Vai ser uma derrama de dinheiro jamais vista, na história deste País. Nunca antes se teve tanto gasto público com Olimpíadas e Copa do Mundo, a não ser nos Jogos Pan-americanos! Esse é um preço que nos faz rever a situação.



Por que tivemos de aceitar, Deputado Silvio Torres, todas as condições do Comitê Internacional da FIFA para sediar os jogos da Copa do Mundo? O Deputado Beto Albuquerque deu uma pincelada no assunto. Achei que avançaria. Eu avançaria muito mais.

Ora, nossos estádios, via de regra, estão em boas condições para os nossos torcedores e para os jogos da Copa Libertadores, do Campeonato Brasileiro e da Copa do Brasil. Por que fazer tanto investimento para sediar a Copa do Mundo? Poderíamos aproveitar a infraestrutura periférica e adequar os próprios estádios. Poderia ficar assim. Dava-se uma ajeitada nos estádios. Por que precisamos ter estádios com cobertura, com tantos avanços, como está sendo pedido. Para gastarmos o dinheiro que não temos? Nosso torcedor não irá pagar isso. A renda do futebol certamente não irá pagar isso. Quem irá pagar? O Erário Público? Todos nós.

Deputado Silvio Torres, não sei qual é o indicativo, nem a fórmula. Será que um Comitê Especial poderia analisar isso? Será que teremos de utilizar um limitador de gastos públicos para a Copa do Mundo de 2014? Poderíamos, de outro lado, criar uma sinergia maior com a iniciativa privada. Foi o que fez a Alemanha que praticamente bancou toda a estrutura da Copa do Mundo, por meio da iniciativa privada. Hoje, no mundo inteiro, os grandes anunciantes são vinculados à área esportiva. Será que não podemos avançar um pouco mais? Ou, então, diferente do que propôs o Deputado Beto Albuquerque, o Governo não poderia ficar responsável por essa antecipação? Por que as empresas de publicidade não antecipam recursos?

Vou dar o exemplo do Atlético. Os grandes anunciantes do esporte, como os de bebida e de transmissão dos jogos, não poderiam antecipar esses recursos? Isto não poderia ser pago ao longo de 10, 15 anos, como retorno de mídia? Seria uma alternativa. Quer dizer, seria possível, se queimarmos fósforo, achar outra alternativa. Agora, não posso concordar que simplesmente peçamos dinheiro à viúva, ao Tesouro Nacional, para bancar a Copa do Mundo, com tanta carência que temos no País, com tantos problemas de segurança, de educação, de saúde!

Vejam o Rio de Janeiro. É preciso resolver o problema de segurança, sob pena de colocar em risco as Olimpíadas de 2016. O mundo inteiro nos olha hoje e

[p23] Comentário: Supervisor.:Antonio Morgado

[P24] Comentário: Sessão:1851/09 Quarto:21 Taq.:Tatiana Rev.:



indaga se é esse mesmo o Rio de Janeiro que foi escolhido para sediar os Jogos Olímpicos.

Sei que sua Comissão tem tratado disso. Teríamos de juntar outras Comissões, como as de Controle, Esporte, Cultura, Educação, e reunir um Comitê de alto nível para pensar a Copa do Mundo de 2014.

Agora, não devemos colocar dinheiro público imediatamente. Está aí o exemplo de Brasília. É revoltante saber que gastaram tanto dinheiro e que ainda querem gastar com outro estádio. A Fonte Nova praticamente será derrubada para construção de outro estádio. Não podemos concordar com isso.

Fiz essa abordagem, Deputado Rômulo Gouveia, porque V.Exa. preside esta Subcomissão. É preciso ampliar este debate e buscar alternativas. Sou favorável à iniciativa privada. Não é só na área desportiva, não é só na Copa do Mundo. Hoje pela manhã participei do café da Frente Parlamentar de Infraestrutura Logística e Transporte. Precisamos de ferrovias, de transporte fluvial, e vi que os Deputados estão preocupados em colocar recursos no Orçamento do ano que vem. Não temos dinheiro para isso, e, se tivéssemos, deveria ser para prioridades diferentes, para a área social que temos sim de privilegiar.

É certo também que não temos chamado adequadamente a iniciativa privada. Há recursos abundantes no mundo inteiro. É possível utilizar esses estádios em comodato, ou que a iniciativa privada possa construí-los, em forma de concessão, para os clubes, depois, os comprarem, a longo prazo, ou alguma coisa nesse sentido. Agora, colocar dinheiro público assim sistematicamente em Copa do Mundo, em Jogos Pan-Americanos, em Jogos Olímpicos, não podemos concordar com isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rômulo Gouveia) - Concedo a palavra ao Deputado Silvio Torres, um dos autores do requerimento e Presidente desta Comissão.

Registro, por oportuno, a presença do Deputado Léo Alcântara, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Obrigado, Presidente, Deputado Rômulo Gouveia.



Mais uma vez quero agradecer a presença dos nossos convidados. Foi dito aqui — e eu concordo —, aliás foi dito pelo Deputado Paulo Rattes, que a vinda de vocês praticamente inaugura outra etapa das nossas discussões e dos nossos trabalhos nesta Comissão.

Digo isso porque estamos tendo agora uma visão da área privada sobre o processo da Copa de 2014. É o que vocês representam hoje. Vocês estão nos trazendo — e creio que até o final dos debates teremos ainda mais subsídios — a realidade, aquilo que não é o discurso oficial, e é o que precisamos saber. O povo brasileiro precisa saber o que está acontecendo. Não podemos correr o risco de deixar acontecer — e temos repetido isso à exaustão — a falta de planejamento, de controle, de fiscalização, como ocorreu nos Jogos Pan-Americanos, evento de dimensão até pequena comparado com o que será a Copa de 2014, agora quase que acoplada às Olimpíadas de 2016.

O único levantamento público, digamos assim, até agora divulgado — e foi recentemente divulgado —, é uma estimativa feita pelos técnicos do PSDB. Ela prevê para os 2 eventos investimentos de cerca de 130 bilhões de reais. É muito dinheiro. Quer dizer, o Brasil, nos últimos 6, 7 anos, investiu cerca de 116 bilhões de reais, salvo engano.

Portanto, nesse curto período deveremos investir ainda mais do que esse valor dos últimos 7 anos. Estamos bastante preocupados com a capacidade não só deste Governo, mas dos próximos, para cumprir os compromissos que, creio, foram assinados pelo Presidente da República há 2 anos, no caso da Copa de 2014, e agora, para as Olimpíadas, há pouco mais de um mês. Tornou-se um encargo sobre o qual o País deverá desincumbir-se. Há data para acontecer e não temos como recuar disso. Cada um dos setores envolvidos, entre eles o representado por vocês hoje nesta Comissão, deverá dar resposta aos compromissos assumidos.

O quadro em 2007 era de abundância de recursos privados em todo o mundo. Ainda não se tinha ideia da dimensão da crise que poderia haver. Foi dentro desse quadro extremamente otimista que o País aceitou realizar a Copa de 2014 — aliás, brigamos por ela e a comemoramos como uma grande conquista. O discurso, na época, é que iríamos ter 12 novos estádios no Brasil construídos apenas com dinheiro privado; que os investimentos em infraestrutura seriam privados ou de



parcerias público-privadas; e que o Brasil iria ter um retorno fenomenal desse investimento para a Copa, como ocorreu com a Alemanha. Àquela época vendeu-se a ideia de que o PIB da Alemanha havia crescido não sei quanto e de que 2 milhões de turistas gastaram não sei quanto. Hoje, o cenário é totalmente diferente. Ao olharmos para frente, vemos que esse cenário não mais existe. A preocupação agora é saber como iremos conseguir cumprir os compromissos assumidos. Lembro que a carta de compromisso da FIFA é extremamente clara — nem vou dizer rigorosa —, porque ela imagina que o Brasil seja uma Alemanha ou algum país europeu com infraestrutura pronta, montada, bastando fazer uma adaptação aqui ou ali nos acessos aos estádios e que estaria tudo resolvido. Presumem eles que temos aeroportos maravilhosos que poderão receber o fluxo de turistas, tanto interno quanto externo.

Então, vamos viver daqui em diante — e será uma corrida contra o tempo extremamente penosa — um clima em que as decisões serão de extrema responsabilidade de cada um que estará delas sendo incumbido. Certamente, é o caso de vocês.

Fiquei bastante impressionado com as declarações do Presidente Marcos Malucelli de que é preferível não haver jogos da Copa no Paraná, ou pelo menos no estádio do Atlético, ao clube ter de suportar custos extras de mais de 100 milhões de reais, que seriam pagos exclusivamente pelos sócios do clube e, enfim, por aqueles que assinam como responsáveis — no caso, aqueles que respondem pelas dívidas do clube.

Quero fazer minha primeira formulação nesse sentido. O Governo, que já viu que o céu não é tão azul quanto previa, já colocou à disposição de todos investidores privados, sejam clubes, sejam aqueles que queiram investir em estádios públicos, uma linha de financiamento do BNDES, se não me engano, a juro de 1,9%, com carência de 3 anos e prazo de pagamento em 10 anos. Esses recursos seriam de até 400 milhões de reais para quem quisesse. Então, serviriam tanto para os estádios, como os citados pelo Deputado Beto Albuquerque, de Manaus e de Brasília, como para os outros. Para o estádio de Manaus, o custo inicial seria de 700 milhões de reais — não sei se baixou —, e para o de Brasília, inicialmente, o custo



seria de 400 milhões de reais, mas depois pulou para 700 milhões de reais, e não sei se já baixou.

Então, a primeira pergunta: eu queria saber se, com esse dinheiro sendo realmente disponibilizado, haverá interesse de qualquer um dos 3 clubes? Segunda: os clubes têm capacidade de endividamento para atender as regras do BNDES para emprestar esse dinheiro? Terceira: ao contrair esse empréstimo, os clubes terão capacidade de pagar depois? Haverá sustentabilidade para um investimento dessa natureza?

Acabei de saber do Presidente do Atlético que o custo seria de 130 milhões de reais, se o clube resolver assumir todo esse investimento. O custo inicial para o São Paulo seria de 130 milhões de reais, mas foi, parece-me, para 300 milhões de reais, segundo notícias da imprensa. Eu gostaria de saber desses números. Para o Internacional — e efetivamente não sei — parece que está em torno de 100 milhões, de 150 milhões de reais.

Esta é a primeira formulação.

Gostaria de saber dos nossos convidados, na condição de clubes, se participaram da elaboração, ou foram convidados a participar, e se assumiram compromissos específicos para colocar seus estádios em condições de atender às exigências da FIFA, quando as cidades sedes e os governos dos Estados entregaram seus projetos à FIFA. E mais: essas exigências estavam claras a todos quando foram apresentadas ou se foram mudadas, tornando-se mais rigorosas depois?

Cito aqui o caso do Morumbi, objeto de grande polêmica. Um Secretário da FIFA disse que aquele estádio não teria condições de fazer a abertura ou até mesmo sediar outros jogos da Copa.

Sei que os 3 clubes têm os sócios como base importante de sustentação. O Internacional inclusive passou a ter 100 mil sócios após uma campanha meritória. O Atlético e o São Paulo também têm número expressivo de torcedores. Esses sócios foram ou serão consultados sobre os investimentos que terão de ser feitos?

Outra pergunta: os governos municipais e estaduais — à exceção do caso do Internacional, pois há uma legislação que o favorece, embora, parece-me, não virá a tempo — darão algum outro tipo de incentivo? Haverá obras complementares?



Mais especificamente, em São Paulo, estão garantidas outras obras? Para o Estádio do Morumbi, por exemplo, para ele se viabilizar, precisa haver área de estacionamento e o metrô precisa chegar próximo ao estádio. É o mesmo caso para todos os 3 clubes?

Outra indagação que eu queria fazer é: vocês entendem que as exigências da FIFA obrigaram os governos — e não sei se é o caso do setor privado — a fazerem projetos superdimensionados, que estão, inclusive, além das necessidades do futebol brasileiro, como lembrou o Deputado Beto Albuquerque?

O Brasil terá 12 sedes espalhadas por todo o território, mas sabemos que poucas têm sustentabilidade. Estive na Alemanha em julho e conversei, na oportunidade, com os organizadores da Copa de 2006, inclusive com o CEO da Copa, o Sr. Hors Schmidt, pessoa muito preparada, assim como conversei com o Beckenbauer, Presidente do Comitê, e com outros organizadores, mas o que obtivemos de informações, entre outras importantes, é que no modelo de lá os clubes construíram os estádios, eles se responsabilizaram pelos estádios, à exceção de 2, o de Berlim, o estádio da abertura — e seria importante para o governo alemão bancar aquela reforma, pois seria a recuperação daquele estádio que ficou famoso em 1936 — e o de Leipzig, situado na antiga Alemanha Oriental, pois era politicamente necessário incluí-lo. Os demais foram construídos com recursos dos clubes que se uniram. O governo alemão não colocou qualquer recurso nesses estádios.

O Ministro dos Esportes Orlando Silva esteve nesta Casa na semana passada em audiência pública e garantiu, segundo ele, “pela enésima vez”, que o Governo Federal não colocará 1 tostão na construção dos estádios. Quero saber se vocês acreditam que isso acontecerá. Se isso acontecer, vocês acham que será possível as cidades sedes cumprirem os compromissos assumidos para sediar os jogos.

Sr. Presidente, fiz várias perguntas, porque acho importante sair deste debate com ideias claras. Como eu disse antes, e também o fez o Deputado Paulo Rattes, estamos iniciando uma nova fase de discussão sobre assuntos fundamentais. Não se trata apenas de 3, mas de 12 estádios que estarão em xeque a partir de agora para viabilização da Copa de 2014.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rômulo Gouveia) - Consulto o Deputado Léo Alcântara sobre o uso da palavra. (Pausa.)

Então, após a exposição dos Srs. Deputados, retorno a palavra aos Presidentes dos clubes, repetindo a ordem inicial.

Concedo a palavra ao Presidente do São Paulo.

O SR. JUVENAL JUVÊNCIO - Gostaria de fazer algumas considerações. Os Jogos Pan-Americanos vêm sendo o paradigma de toda essa discussão, de todo esse processo. Aqui e acolá, temos visto a mesma citação ao longo de tempo. Veremos isso até 2013, na Copa das Confederações; em 2014, na Copa do Mundo; e em 2016, nas Olimpíadas. Haverá sempre citação aos Jogos Pan-Americanos. De tudo o que sei dos Jogos Pan-Americanos, apesar de ter estado muito longe do processo, havia compromissos dos poderes municipal, estadual e federal.

Em determinado instante, um cidadão de uma dessas áreas de poder não cumpriu o compromisso; o da segunda área também não cumpriu. Aí o nome do País ficou envolvido no processo. Ou seja, pagou-se esse preço que está aí para ser desnudado. Entendo que os Jogos Pan-Americanos como paradigma desse processo não é a melhor indicação.

O fato fundamental, eu imagino — e quero elogiar os Deputados, pois vejo a esta Casa preocupada com isso —, é nós outros termos a consciência de que é importante a Copa do Mundo de Futebol para o Brasil. Se esse conceito é aprovado, nós todos temos que fazer um esforço enorme para caminhar.

Números pululam por aí, em termos de investimentos do Poder Público. É preciso muito cuidado com esses números. O que nós temos hoje — e participamos do processo e da discussão — é a possibilidade de aporte pelo BNDES, um banco de fomento, onde os juros são menores, mas são reais, TJLP mais 1,9%, com garantia do banco repassador e do banco garantidor, ou banco particular, e a certeza do desembolso do BNDES com retorno, com moeda corrigida, do que foi emprestado mais os juros, com a garantia de um banco de primeira linha que opera no País.

Se ele empresta aqui e acolá, por que não poderia emprestar aos clubes com as garantias da rede bancária particular, com a garantia do retorno, com a garantia

[p27] Comentário: Sessão:1851/09
Quarto:25 Taq.:Célia Maria Rev.:



dos juros, portanto, com a garantia de lucros? Eu não sei onde pode sediar o crime nesse processo.

Os números colocados aí até agora em termos de Copa — Olimpíadas é outra coisa — é a disponibilização de 400 milhões de reais por Unidade da Federação que irá participar do processo, para os estádios. O Inter diz não quero, o Atlético diz não quero e nós possivelmente iremos querer um percentual pequeno desse processo — ainda dependendo de aportes da iniciativa particular para decidir sobre isso.

Então, os números estão aí, perto dos 4 bilhões de reais, que vão ser dados aos Governadores — não aos particulares objetivamente, mas aos Governadores. O banco também deve ter garantia de retorno. O que irá garantir o BNDES são os repasses do Governo Federal à área estadual. Ela será a garantidora desse empréstimo. O BNDES, mais uma vez, entra nesse processo com garantia absoluta de retorno e garantia da correção do seu empréstimo mais os juros. Então até aí o desperdício é absolutamente zero.

Por outro lado, o Governo disponibiliza uma verba de cerca de 5 bilhões de reais em empréstimos no BNDES para os Governos dos Estados para aplicação do plano de mobilidade e de infraestrutura, deixando aquela arena como um legado à cidade. A Copa vai e o legado fica.

Então, é um investimento importante — é o legado da Copa àquele Estado —, com as garantias do BNDES desse retorno. Não há novamente nenhum prejuízo e nenhuma falta de garantia ao BNDES. Certamente, se os Srs. Parlamentares pudessem atuar com mais afinco, seria a disponibilização desses recursos a determinadas arenas que não necessitassem objetivamente daquele tipo de empreendimento. O Deputado José Rocha citava o exemplo da Bahia, que eu desconheço; o Deputado Beto Albuquerque citava candentemente Brasília, e o que ele nos diz é que Brasília faria um estádio para 70 mil espectadores.

Digo aos senhores que toda vez que vimos jogar em Brasília, quatro quintos dos torcedores são da nossa agremiação — da agremiação do Flamengo, do Vasco, do Corinthians, do Palmeiras etc. Eu não conheço tradição de Brasília em termos de futebol, eu não conheço a *expertise*, a inserção dos clubes brasileiros no cenário maior do futebol brasileiro. Eu disputei um campeonato nacional aqui em Brasília, no

[P28] Comentário: Supervisor.:Lia

[p29] Comentário: Sessão:1851/09
Quarto:26 Taq.:Carla Rev.:



ano passado, os brasilienses poderiam ter ido, o pessoal de Goiânia etc., mas quatro quintos dos torcedores eram do nosso Estado. O público médio nos jogos é de 1.500 espectadores.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Juvenal, V.Sa. me permite uma intervenção?

O SR. JUVENAL JUVÊNCIO - Pois não.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pelo que o senhor está dizendo, um estádio como esse em Brasília será um elefante branco.

O SR. JUVENAL JUVÊNCIO - Eu entendo que a Comissão possa realmente examinar a prioridade de liberação de recursos para certas obras.

O Deputado Paulo Rattes, do Rio de Janeiro, se referiu a algumas reformas que foram feitas no Maracanã ao longo do tempo. É um próprio do Estado, do Poder Público. A gente frequenta lá. Quanto já se investiu no Maracanã? E hoje sabemos que a FIFA não aceita aquele estádio como está.

Então, nós temos os seguintes problemas: o Maracanã é tombado, os seus camarotes foram vendidos, temos a **fundação**, temos o Ministério Público, mas é preciso implodir o miolo do estádio, descer 3 metros o seu gramado, trazer arquibancadas para frente, verticalizá-las, derrubar o entorno. Parece que haverá um empreendimento imobiliário nesse processo. Esses são problemas complicados.

Foi aqui citado Natal. Temos a informação de que há muitas dificuldades para a solução desse problema, mas eu não vou me ater a isso porque tenho de defender o meu produto. Eu só disse isso porque, hoje, o Morumbi, como citou o Deputado Silvio Torres, apanha muito aqui e acolá, e nós não conseguimos identificar isso. Seria isso um lobby de alguma Unidade da Federação para defender os seus empreendimentos?

Esta eu acho que era uma função, permitam-me a sugestão, de grande ressonância para esta Comissão: começar a examinar esse processo. **Porque** não procede focar nos recursos, imaginemos, perdulários do BNDES. Ele disponibilizará, terá plena garantia, terá retorno da sua aplicação, sua moeda corrigida e o retorno de 1,9% ao ano, o que não é pouco. O que imagino são as prioridades, porque nós começamos a correr risco. O Presidente do Atlético dizer: “assim não dá”, o Presidente do Inter também manifestou sua posição — “há isenção de impostos eu

[p30] Comentário: fundação se refere ao alicerce. Carla.

[p31] Comentário: Sessão:1851/09
Quarto:27 Taq.:Carla Rev.:



estou pagando impostos"... É preciso avançar nesse processo, é preciso maior ordenação. O Deputado Macris disse bem que se não resolvermos agora o problema, ele será resolvido lá na frente, de afogadilho, com pressa; haverá acúmulo de processos e aí vêm as distorções.

Quando o Deputado Beto se refere aos incentivos é uma convocação importante, porque tivemos incentivo na Timemania, o qual recebia muitas críticas. O Governo tinha cerca de 1 bilhão de reais de crédito junto aos clubes e jamais iria receber. A Câmara criou um dispositivo legal que permitia à Loteria Federal usar os símbolos dos clubes, arrecadava e pagava o Governo. O Governo está se pagando; ele não está dando dinheiro para os clubes. Mas que fossem dadas as certidões negativas para que os clubes pudessem entrar na Lei de Incentivos, aquele 1% do imposto, foi algo benéfico e salutar. Aí volta o incentivo, que é muito apropriado.

Quanto à indagação do Deputado Silvio Torres, se poderemos pagar esse investimento, precisamos saber o seguinte: Copa do Mundo é um negócio muito forte. Recebemos inúmeras visitas de grandes empresários, até do exterior, que querem investir e participar desse evento. Isso fazer crescer a renda. Se eu modernizo o estádio, se eu cubro o estádio, eu multiplico por 4 vezes a minha renda, e exame dessa ordem, feita pelos bancos particulares que possivelmente serão os meus agentes repassadores e garantidores junto ao BNDES. Isso se vê com olho de dono de banco, que tem conhecimento da área. Há um progresso, há maior volume de renda em relação à Copa do Mundo, porque a repercussão é absolutamente candente.

O Brasil disputará a Copa do Mundo da África no ano que vem, e de 2010 até 2016 viveremos o momento do esporte neste País, queiramos ou não. Nós vamos vivenciar esse processo. A juventude irá aos clubes se preparar para o seu sonho olímpico. Isso será belo no Brasil, e é o anseio da população. Cada população tem o seu anseio. O nosso, na área do entendimento da paixão, é o futebol. Por que não respeitar a inteligência e a cultura do povo brasileiro?

Tenho certeza de que posso contar com a compreensão dos Srs. Deputados quanto a esse processo, de dizer para o Executivo que precisamos caminhar nesse sentido. Os clubes particulares não têm respaldo, os outros são governos que têm orçamento.



Quando os senhores dizem que Brasília custará 500, não sabem quanto etc., na concorrência que está na rua ainda não há cobertura; terá de sair uma segunda concorrência para fazer a cobertura. Então, se era 500, não será mais 500.

Quanto a sua indagação se sabíamos da exigência da FIFA, sim. Acontece que é permitido à FIFA a qualquer momento mudar os seus planos. É permitido isso no caderno de encargos. A qualquer tempo, ela pode rever as suas condições, trazendo novas situações. Alguma coisa na área de informática, por exemplo, que está no caderno de encargos hoje, ela já suspendeu porque quer sentir o que acontecerá na África para fazer novas exigências para 2014 na área de TI. Então, esse processo de exigência da FIFA é muito dinâmico.

Quando o Deputado do Paraná, Alfredo Kaefer, disse, “não, precisa vender esses produtos”, não pode. Quem é o dono disso é a FIFA, não somos nós. Todos os produtos da Copa do Mundo não são dos clubes, são da FIFA, dizia aqui já o Presidente. Mas o Congresso Nacional, entendendo corretamente isso, como entenderá, são homens tão dedicados a esse processo, nos ajudará muito no caminhar disso.

Eu estou à disposição para essa colaboração.

O SR. DEPUTADO PAULO RATTES - Presidente, antes de o senhor terminar, não sei se poderia dar uma informação mais detalhada sobre como andam os projetos do Morumbi. Ou seja, o Secretário-Geral da FIFA disse que o Morumbi não tinha condições de fazer a abertura e, talvez, nem de sediar. Da mesma forma, parece que houve o entendimento da CBF, alguém da CBF falou alguma coisa semelhante. Permanece a disposição do São Paulo de investir os 300 milhões, seja com dinheiro privado, com financiamento, com garantias do Governo, para poder atender as exigências da FIFA ou pode ocorrer também uma ideia no sentido de que não fazemos questão de sediar a abertura?

O SR. JUVENAL JUVÊNCIO - Não, primeiro que não são ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rômulo Gouveia) - Aproveito para pedir ao Presidente Juvenal Juvêncio que fizesse as suas considerações finais porque em seguida vamos ouvir os Presidentes do Sport Club Internacional e do Atlético, para encerrar a nossa reunião. Solicito que, na sua resposta, faça já a sua conclusão.

[P32] Comentário: Sessão:1851/09
Quarto:28 Taq.:Odilon Rev.:



O SR. JUVENAL JUVÊNCIO - Primeiro que nós vamos disputar esse negócio porque o problema na Copa do Mundo não se resume à arena. Vou citar um exemplo. A FIFA quer 45 mil apartamentos no local da abertura. São Paulo tem 42 mil, mas tem projetos que chegam a 45 mil. Quer rede hospitalar, transporte de massa de qualidade, que é o metropolitano, centro de compra, centro de cultura etc. Como é que você pode sediar a abertura de uma Copa do Mundo em Brasília se a FIFA exige 45 mil apartamentos? Essa coisa é complicada.

Eu fui jogar em Minas Gerais há um mês e entrei no hotel Ouro Minas, peguei o cardápio e estava escrito: "o único 5 estrelas de Minas Gerais". Então, eu não sei se a sua resposta...

O SR. DEPUTADO PAULO RATTES - Não, a minha pergunta é se o São Paulo está disposto a fazer esse investimento para sediar.

O SR. JUVENAL JUVÊNCIO - Está disposto. O São Paulo vai fazer, vai ter iniciativa particular; eventualmente, se precisar, vai se socorrer do BNDES. Se for ao BNDES e precisar, o São Paulo vai arrumar o seu banco garantidor e repassador. Portanto, a preocupação da Comissão de que o Erário possa perder dinheiro não vai proceder, porque o BNDES não vai cobrar de mim, vai cobrar do banco. Essa equação está posta.

Mas o São Paulo tem grande interesse, tem grandes empresários nacionais e internacionais nesse processo e, pela importância da cidade, do Estado, da sua força etc... O que não podemos imaginar é uma Copa do Mundo no País sem São Paulo. Nós não podemos, porque é histórico. Onde está a força do futebol? Está no Sul, está no Paraná, está no Rio, mas está fortemente em São Paulo. Esse é o histórico do processo.

A FIFA joga futebol também, mas ela é dos grandes negócios, dos grandes empreendedores, dos grandes empreendimentos. Seus parceiros no mundo olham para o Brasil e perguntam qual a nossa praça forte. E eles sabem; eles sabem.

Portanto, não consigo detectar essas críticas mas, para mim, elas fazem parte de *lobbies* que desejam mudar o rumo não da Copa, porque está sedimentado o ato de abertura da Copa no Morumbi.

Eu quero agradecer o convite aos Deputados Macris e Beto Albuquerque...



O SR. DEPUTADO PAULO RATTES - Quero fazer duas observações. Não há, por parte desta Comissão, nenhuma preocupação sobre se vai ser pago ou não vai se pago pelos clubes. Nós temos certeza de que os clubes são capazes de enfrentar uma situação como essa. Não há nenhuma preocupação de nossa parte nesse sentido. Nossa preocupação é se vai haver dinheiro para os clubes. Essa preocupação, sim, nós temos. Essa é permanente.

O SR. JUVENAL JUVÊNCIO - Muito obrigado.

Eu acho que haverá. O problema é o desconforto que os senhores verificaram aqui com os presidentes de clubes etc. Aquilo que no começo foi uma emoção muito grande — eu via a disputa de Governadores por este País para sediar — já começa a se transformar num processo reflexivo, e precisamos tomar muito cuidado em manter essa chama acesa. Oxalá esta Comissão possa nos ajudar nisso.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rômulo Gouveia) - Passo a palavra ao Sr. Vitório Carlos Costi Piffero, Presidente do Sport Club Internacional, para respostas e também considerações finais.

O SR. VITÓRIO CARLOS COSTI PIFFERO - Vou responder a algumas questões do Deputado Silvio Torres que ficaram em aberto.

Realmente, os compromissos da FIFA são os compromissos do Caderno de Encargos, de conhecimento de todos, do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais e dos clubes. A Copa do Mundo, na realidade, é um compromisso do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, e nosso também, porque também nós assinamos um compromisso com a FIFA. Estamos todos compromissados — e encarregados, portanto, todos nós, da missão de fazer sair a Copa do Mundo, e que seja uma Copa do Mundo maravilhosa, cada um com uma parte desse encargo.

Entendo que esta Comissão tem uma missão da maior importância: a de fazer com que a Copa saia dentro de um custo razoável, que saia sem que haja qualquer tipo de lesão ao Erário, enfim. A nossa missão como clubes é realizar o que nós queremos fazer, as exigências da FIFA — e aqui eu já respondo um pouco ao Deputado Alfredo Kaefer.



No caso do Internacional, nós elegemos algumas normas que entendemos importantes para o nosso torcedor, para os nossos associados, que hoje são mais de 100 mil — mais precisamente, 102 mil sócios. Por exemplo, a cobertura do estádio. É uma obra eleita pela gestão, uma obra que vai atender o nosso torcedor. Não é uma exigência da FIFA. Como citou o Deputado, a ampliação da arquibancada inferior também é uma determinação nossa no sentido de fazer com que ela seja mais confortável. Sim, temos de colocar cadeiras, mas, na arquibancada atual, elas ficam muito apertadas. Como ampliamos a capacidade do estádio para maior conforto do torcedor, vamos ampliar também a arquibancada inferior, e colocar as cadeiras que a FIFA exige.

Então, existem aqui obras eleitas pelo Internacional e obras determinadas pela FIFA. Um exemplo de obra determinada pela FIFA é para que o estádio tenha 2.500 lux, se não me falha a memória, de iluminação. Volto a dizer, pois acho que já disse aqui, que os jogos da Copa do Mundo serão realizados de dia, mas mesmo assim a FIFA exige 2.500 lux. Nós temos hoje 600 lux, que era a iluminação que tinha o Maracanã até sua reforma.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Os jogos serão todos de dia e, mesmo assim, há essa exigência?

O SR. VITÓRIO CARLOS COSTI PIFFERO - Normalmente, os jogos são realizados de dia; não me recordo de jogos da Copa do Mundo acontecidos à noite. Alguém se recorda de jogos da Copa do Mundo de noite?

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas essa exigência foi contestada?

O SR. VITÓRIO CARLOS COSTI PIFFERO - Não, ela está lá no Caderno de Encargos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Foi assumida, então.

O SR. VITÓRIO CARLOS COSTI PIFFERO - Como assumimos todas as demais exigências da FIFA.

O que cabe ao Internacional? Fazer as coisas que interessam ao clube. V.Exa. perguntou se os sócios foram consultados. Obviamente, o sócio quer o estádio coberto. Agora, ele quer os 2.500 lux? Não, não quer. Ele nem sabe o que é isso, na realidade; e sabe que não é preciso. Dependendo dos impostos, em torno de 10 milhões. Então, veja V.Exa.: quando o Deputado diz que o Fonte Nova deve

[P34] Comentário: Sessão:1851/09
Quarto:30 Taq.:Katia Rev.:



custar, hoje, em torno de 700 milhões, digo que isso equivale a mais ou menos uns 6 Beira-Rio, reformado segundo as exigências da FIFA.

Quando o Deputado Alfredo Kaefer falou em chamar a área privada, ele não olhou para a Mesa, com todo o respeito, porque nós somos a área privada dentro do futebol. Nós é que estamos tratando, como área privada, de fazer as obras necessárias nas nossas cidades, portanto nos nossos estádios, para viabilizar a Copa do Mundo no Brasil — e é evidente que São Paulo não pode ficar fora, como Porto Alegre não pode ficar fora e o Paraná também não. Nós somos a área privada.

Relativamente aos incentivos fiscais, não estou inventando nada. Isto aqui existe. O que estou pedindo é o apoio desta Comissão para que isto seja efetivamente implementado. Se V.Exa. me permitir, vou deixar com o Presidente da Comissão estes documentos, que são atos de dezembro de 2008. Apesar de o Internacional continuar fazendo as obras...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A regulamentação é do Governo Federal e do Governo Estadual?

O SR. VITÓRIO CARLOS COSTI PIFFERO - Existe um ato declaratório do CONFAZ sobre o convênio que autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção de ICMS para os estádios. Em cima disso, há um decreto da Governadora do Estado do Rio Grande do Sul — e sei que há esse mesmo decreto de outros governos estaduais — dizendo que sim, que concorda com isto aqui, só que isto aqui remete para uma decisão da Fazenda Nacional que não existe.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A Fazenda tem apenas de regulamentar, que a lei já está aprovada. A decisão do CONFAZ é uma decisão que tem efeito de lei para poder conceder a isenção. Não se pode conceder isenção de ICMS sem que o CONFAZ a autorize.

O SR. VITÓRIO CARLOS COSTI PIFFERO - Certo, e os Estados aqui concordam. O Rio Grande do Sul concordou, a Bahia já havia concordado, e assim outros Estados também, cada um com seu decreto.

Ocorre que isto aqui é de dezembro de 2008, e até hoje não representou absolutamente nenhuma isenção de nada. Nosso custo é de 120 a 150 — corrijo-me, que antes havia dito ser de 100 a 150 —, e essa diferença é imposto. A área



privada faz uma reforma, paga o imposto, e parte desse imposto vai provavelmente para a construção do Fonte Nova.

Deixo, então, aqui estes documentos, e enfatizo que o Internacional não está pedindo nada de novo.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - É a única reivindicação do Internacional?

O SR. VITÓRIO CARLOS COSTI PIFFERO - Calma. É a primeira reivindicação, porque se trata de pedir que se coloque em uso o que já existe desde dezembro de 2008. E volto a repetir: nós poderíamos estar mais adiantados na obra que estamos fazendo se já tivéssemos isto aqui. Como gestor do Internacional, tenho de obrigatoriamente olhar para esse benefício já previsto em lei. Por que vou, por exemplo, comprar todo o aço da cobertura hoje, se amanhã, ou em janeiro, vou ter um desconto de 17% de ICM? Se eu comprar hoje vou estar sendo perdulário; aí, sim, vou estar rasgando dinheiro — do clube. Pedimos, então, a regulamentação disto aqui para que coloquemos as coisas em dia.

O projeto do Deputado Beto Albuquerque, esta é a segunda reivindicação, me parece muito lógica. Por quê? Vou usar um exemplo do Atlético Paranaense, que é o mesmo nosso: existem algumas coisas que a FIFA exige que seja feitas, outras, no nosso caso, o Internacional elegeu para serem feitas. A cobertura do estádio é uma eleição nossa. Agora, os 2.500 lux, que vão custar em torno de 10 milhões, é uma exigência da FIFA, e nós não queremos isso. Tenho certeza de que nosso torcedor — e nem preciso consultá-lo — não quer que o vestiário do visitante seja igual ao do nosso time profissional. Ele não quer. Obviamente, não. Mas a FIFA exige, e vamos ter que fazer isto: alterar os vestiários. Então, há exigências FIFA e coisas que nós queremos fazer.

Ora, se vamos ser obrigados a fazer algumas coisas que não queremos fazer, é justo que busquemos uma fonte de financiamento, uma forma de nos ressarcirmos dessas coisas que não queremos fazer, mas que são obrigatórias para que a Copa do Mundo vá a Porto Alegre, a São Paulo e a Curitiba.

Essa é a segunda reivindicação.

O Deputado Alfredo Kaefer também disse que achava que não iria ser aprovado esse projeto. Eu lamento. Eu acho que deveria. Eu acho que os clubes

[p35] Comentário: Sessão:1851/09
Quarto:31 Taq.:Veiga Rev.:



precisam. Nós, que somos a iniciativa privada e que temos a condição de fazer mais barato do que a iniciativa pública, temos que ser também incentivados porque, na realidade, estamos economizando para o Governo.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A utilização permanente, posteriormente...

O SR. VITÓRIO CARLOS COSTI PIFFERO - Ainda mais essa. É evidente que todas as benfeitorias que vão ser feitas no Internacional são do clube e vão continuar do clube e sendo usadas.

Aliás, a FIFA elogiou muito nosso projeto, que se divide, na realidade, em duas partes: o estádio, com estacionamentos, e área de hotel, centro de convenções, marina etc., que vão fazer com que aquela área de Porto Alegre vire um polo de atração turística e de negócio. Portanto, é indústria limpa e toda aquela questão.

O Presidente **Juvenal Juvêncio** falou na própria valorização, por exemplo, que a cobertura dá. Eu vou citar um exemplo nosso, do Internacional: nós estamos permanentemente em obras. Quero convidá-los novamente, Deputados, a Comissão para ir ao Beira Rio. Nós assumimos em 2002. Em 2003 começamos as obras de reforma: cadeiras, banheiros, enfim, fomos arrumando o estádio.

Em 2002 se comprava uma cadeira perpétua por 2.800 reais. Hoje não se encontra uma por 20 mil reais. Essa é a valorização que o estádio recebeu sem a cobertura ainda. Por quê? Pelas melhorias feitas no estádio, ele valorizou. Quanto não vai valer essa cadeira com o estádio coberto? Vai valer muito mais, tenha certeza disso.

Essas cadeiras foram vendidas e o Beira Rio foi construído desta maneira, Deputado: primeiro, com a velha doação dos associados, mas fundamentalmente com a venda e antecipação de receita com a venda de cadeiras locadas e perpétuas, com vendas de títulos beneméritos; nada além de uma ação entre torcedores.

Eu, por exemplo, comprei uma cadeira, na época, por 18 anos. Um ou 2 anos depois, deve ter faltado dinheiro na administração e renovaram a venda por mais 3 anos. Eu digo: "Vou comprar. Vem cá." Então, minha cadeira virou de 21 anos. Claro que já prescreveu. O estádio tem 40 anos. Mas é assim que vamos fazer.

[p36] Comentário: Conferido na página oficial do Internacional.

[p37] Comentário: Conferido na página oficial do São Paulo.



Respondendo também a uma das questões, nós não temos a intenção de ir ao BNDES buscar dinheiro para fazer as obras do estádio. Obviamente, a empresa, não vai ser o Internacional, que for fazer obras de hotel, centro de convenções, marina, se tiver dinheiro do BNDES, tudo bem, mas quem vai fazer é ela; quem vai pagar recurso é ela.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Haverá dinheiro do BNDES para hotéis, 5 bilhões também, mas a pergunta específica é se, para o estádio, o Internacional não se interessa pelo dinheiro do BNDES.

O SR. VITÓRIO CARLOS COSTI PIFFERO - Não, porque a nossa equação financeira para a execução das obras do estádio é exatamente a mesma de como o estádio foi construído. Nós vamos vender 150 camarotes — hoje existem 33 — por um prazo de 10 anos, para o sujeito pagar em 3. Ou seja, nós vamos antecipar o recurso 10 anos e essa antecipação também é meio... Nós vamos antecipar um recurso que não existe. Está correto? Por quê? Porque não existe o camarote. Nós vamos antecipar, construí-los. É autofinanciável, esse é o princípio. Fundamentalmente, pela dificuldade que tem, porque o BNDES quer financiar os estádios, mas não financia os clubes. Ele pode escolher o motivo, mas não financia os clubes. Financia o clube se tiver um banco, uma empresa por trás.

Neste momento não temos nenhuma empresa associada. Não tenho como chegar ao BANRISUL, nosso patrocinador principal, e pedir que assine um financiamento de 100, 150 milhões. Também não vou, como Presidente, levar essa proposta ao Conselho Deliberativo. Eles vão dizer: “Está louco! Nós vamos hipotecar o Internacional por 100 milhões para fazer o quê? Não! Vamos fazer como nós sabemos fazer, como foi feito o estádio”.

Não sei se eu respondi a todas as questões. Eu acho que sim. Ficou alguma em aberto, Deputado?

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não. Acho que o Presidente Marcos Malucelli pode fazer algumas considerações nas perguntas gerais.

O SR. VITORIO CARLOS COSTI PIFFERO - O.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rômulo Gouveia) - Vamos ouvir o Sr. Marcos Malucelli, Presidente do Clube Atlético Paranaense.

[p38] Comentário: Supervisor.:Patrícia Maciel

[p39] Comentário: Sessão:1851/09
Quarto:32 Taq.:Veiga Rev.:



Antes, quero agradecer a presença ao desportista e Vice-Prefeito de Mari, Jobson da Farmácia, que prestigia esta audiência pública.

O SR. MARCOS MALUCELLI - Quero dizer que visão do Atlético quanto ao estádio e à Copa está mais de acordo com a do Inter do que com a do São Paulo, porque também não temos esse interesse em participar desses 400 milhões que o BNDES estaria disponibilizando para os estádios em cada cidade.

Nós achamos que esse dinheiro custará caro, ainda que seja 1,9% mais TJLP. Nós precisamos de 100 milhões para atender às exigências da FIFA. São 100 milhões, com prazo de carência de 3 anos, que o senhor falou, mais 10 anos para pagamento. Começaremos a pagar uma conta de 130, 140 milhões. Ainda que seja em 10 anos, teremos um pagamento mensal em torno de 1,5 milhão, porque ainda sofrerá juros no período do pagamento.

Dezoito milhões por ano, não podemos fazer. O Atlético tem um orçamento de 50 milhões/ano. Não podemos acrescentar a esse orçamento mais 30%, praticamente. Seria uma loucura da nossa parte, até porque, ao contrário do São Paulo, que vai ter um estádio para 60, 70 mil pessoas, o nosso será para 40 mil pessoas. Então, teremos uma renda para esses assentos menor do que o São Paulo.

Hoje, temos 28 mil lugares, todos vendidos, o que nos dá uma renda de 13 milhões ao ano, suficiente para nossas necessidades.

Então, o Atlético não vai recorrer ao BNDES. Não usaremos esse dinheiro. Nossa expectativa é de que a iniciativa privada venha, porque também não é de tanto dinheiro assim que precisamos. Se houver redução de impostos — ICM, IPI, ISS —, esse orçamento deverá cair para uns 80, 90 milhões. A iniciativa privada poderia muito bem ajudar o clube a concluir as obras e a própria cidade.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Essa legislação também já foi aprovada no Paraná?

O SR. MARCOS MALUCELLI - Ela já foi. Nós já conversamos com o Vice-Governador, que é quem cuida dessa parte, e com o Prefeito, que remeterão à Câmara e à Assembleia para aprovação. Nós estamos contando até com essa redução de custos. Certamente, cumprirão o que nos prometeram.

[p40] Comentário: Conferido, mas não em página oficial.



A iniciativa privada pode muito bem aplicar o dinheiro para a conclusão da Arena e ter retorno com as placas de publicidade que podemos dar a esses investidores. Temos o patrocínio de camisa, *naming rights*, que também podemos negociar. Até pouco tempo era o único estádio que tinha *naming rights* no Brasil. Tivemos um contrato de 3 anos com a Kyocera. Pretendemos retomar isso com outra empresa, que seria, então, uma contrapartida nossa à conclusão da Arena.

[p41] Comentário: O.k.

[p42] Comentário: Kyocera Mita América

Com toda certeza, o Atlético não concluirá isso com recursos próprios para atender às exigências da FIFA, porque nós achamos coisas loucas.

[p43] Comentário: Sessão:1851/09
Quarto:33 Taq.:Paulo Domingos Rev.:

Embora tenhamos concordado, há de se ver que o caderno de encargos da FIFA mudou recentemente. Essas exigências que eles estão nos fazendo agora não são as mesmas que fizeram aos estádios da África. Em 2007, eles mudaram as exigências e poderão mudar de novo, como disse o Juvenal agora há pouco, a qualquer instante. Esse caso, por exemplo, da força da luz. Temos 800 lux e precisamos de 2.500. Isso é um absurdo que vamos gastar. Para que depois? Olha o consumo que vai aumentar de luz nos nossos estádios, nos nossos jogos noturnos do campeonato paranaense e brasileiro, quando não precisamos disso. Oitocentos lux são suficientes. O Internacional tem 600 e é suficiente.

[p44] Comentário: Home Paulo.

Para esses gastos é que precisávamos de mais apoio governamental, para que alguém debatesse. Não temos como levar isso à FIFA. Não somos ouvidos pela FIFA. Ouvida pela FIFA é a CBF.

O SR. DEPUTADO PAULO RATTES - Permita-me? A CBF, o Ricardo Teixeira tem ajudado os senhores nesse sentido?

O SR. MARCOS MALUCELLI - Eu ia lhe responder. Queria saber da CBF e do Governo o que estão fazendo, não é? Eles têm ajudado, sim. O Governo eu não falo, porque não temos contato nenhum com o Governo, mas a CBF tem ajudado, sempre que possível, ou minimizado.

Acontece que a própria CBF também encontra dificuldades junto à FIFA. Quanto à CBF, não podemos reclamar. Sempre que possível, eles têm ajudado. Essas reivindicações que estou comentando já fizemos a eles, que estão levando a FIFA para ver se conseguem tirar isso.

Então, são absurdos que existem. Por exemplo, nos vestiários do Atlético e do visitante, os jogadores entram pelo gol dos fundos. Temos que passar isso para o



centro do gramado. Temos de mandar toda essa parte para o centro do gramado, fazer vestiários novos, vestiários reservas, para árbitros, para representantes de federação. Então, são custos desnecessários.

Chegamos ao cúmulo de o ônibus da delegação visitante ou qualquer ônibus que entre no estádio, pode ser até o ônibus do próprio time proprietário do estádio, ter de entrar no estádio sem fazer manobras. Há que se deixar uma área enorme para o ônibus circular, porque ele não pode fazer manobras. Ele tem de parar a um metro e meio da entrada dos vestiários do visitante. Isso tudo tem de ser adaptado, porque hoje o ônibus entra, manobra e estaciona. Não poderá fazer manobra!. Isso tudo encarece. Essa é a situação dos estádios privados. Não podemos gastar à toa 100 milhões de reais para atender a essas idiossincrasias da FIFA.

O senhor me pergunta também se os sócios foram consultados. Não fizemos consulta pública aos sócios, até porque esse plano de sócio nosso foi lançado depois. Na época, não tínhamos mais do que 2 mil sócios; hoje temos 25 mil. Eu não era o presidente à época. Eu assumi em janeiro. Então, participamos dos projetos, concordamos, mas a minha visão, como atual presidente do clube, não é a de endividar o clube nem de ceder a essas exigências. Acho que a Copa não é do clube. A Copa é da cidade. Portanto, a cidade de Curitiba, que se beneficiaria, em tese, com o PAC da mobilidade, também tem de participar e nos ajudar a encontrar uma solução junto à iniciativa privada. Esse é o entendimento do Atlético, do qual não arredaremos pé.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar, queria saber do presidente do São Paulo se em São Paulo também essa legislação de isenção de ICMS e ISS foi aprovada.

O SR. JUVENAL JUVÊNCIO - Não foi aprovada ainda, mas aguardamos, a qualquer instante, essa iniciativa, tanto na área do município como do Estado.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Já está em desenvolvimento isso?

O SR. JUVENAL JUVÊNCIO - Está em estudo e em discussão.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, até como Presidente da Comissão, mais uma vez, agradecer a enorme contribuição que as presenças dos 3 convidados trazem para os nossos



debates. Acho que vamos ter oportunidades futuras de continuar acompanhando esse trabalho dos senhores, e os senhores acompanhando o nosso.

Há uma grande disposição dos Parlamentares desta Comissão, e tenho certeza de que também da maioria dos Parlamentares desta Casa, em participar ativamente das soluções dos problemas e dos desafios que há para a realização da Copa de 2014 e do Rio 2016.

Temos a exata consciência do que representam para o País esses 2 eventos, mas nós queremos que eles sejam feitos dentro de um critério de responsabilidade, de seriedade e, principalmente, de respeito ao dinheiro público.

Então, agradeço a presença a V.Sas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rômulo Gouveia) - Ao encerrar a reunião, gostaria de, mais uma vez, agradecer ao Sr. Juvenal Juvêncio, Presidente do São Paulo Futebol Clube; ao Sr. Vitório Carlos, Presidente do Sport Clube Internacional; e ao Sr. Marcos Malucelli, Presidente do Clube Atlético Paranaense.

O objetivo desta audiência, constante do requerimento de minha autoria e de autoria dos Deputados Paulo Rattes e Silvio Torres, é contribuir para se ter conhecimento dos gastos e também otimizar despesas.

Como o Presidente Juvenal Juvêncio disse que há possibilidade de haver alguma modificação na adesão inicial à FIFA, sugiro a esta Comissão, aos seus membros, que se possam encaminhar aspectos aqui apontados, como pelo próprio Presidente do Atlético, a exemplo do vestiário e de outras coisas que podem perfeitamente funcionar.

Então, a sugestão que faço, principalmente ao Relator, Deputado Paulo Rattes, é que se possa fazer um levantamento, e os clubes possam interagir com esta Comissão, mandar informações, para que possamos acompanhar passo a passo o assunto.

Podem ter certeza de que a nossa preocupação é com o funcionamento da Copa, com a otimização dos gastos. Também não queremos que os clubes sofram qualquer impacto em relação à realização do evento.

Por outro lado, em observância ao prazo, do tempo que temos, é importante frisar que vamos ter também no País uma transição com a mudança de Governo. E que a Copa não sofra solução de continuidade.

[p45] Comentário: Sessão:1851/09
Quarto:34 Taq.:Sandra Silva Rev.:



Então, a nossa preocupação é essa. A exemplo disso, o próprio Presidente Silvio Torres tem nos acompanhado, e já realizamos várias audiências nesta Comissão. Como eu disse, inicialmente, estamos providenciando a rede de proteção, como também o acompanhamento e a transparência para com a sociedade. É esse o objetivo maior desta Comissão.

Portanto, mais uma vez agradeço a presença a todos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.